

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 03/09/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Juiz Substituto do TJ-RJ**. Assim que disponibilizados o caderno de provas e gabarito, nosso time de professores analisou cada uma das questões, que, agora, serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 23, 24 e 78.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Juiz Substituto do TJ-ES**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/82fdb54f-e9a0-4832-b100-506f0465b1b6>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/5b2af01c-c05c-4954-bb92-ca2158f4a0a9>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – JUIZ SUBSTITUTO DO TJ-RJ

QUESTÃO 01. As pertencas

- a) estão irremediavelmente ligadas ao bem, não sendo objeto de relações jurídicas próprias.
- b) em regra, são abrangidas pelos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) podem ser destacadas do bem principal, podendo, portanto, figurarem como objeto de relações jurídicas próprias, sendo que, como regra, não seguem a sorte do bem principal.
- d) são bens acessórios que fazem parte integrante de outro bem principal e seguem a sorte deste.
- e) confundem-se com o conceito de parte integrada, ou seja, são bens que perdem sua identidade porque irreversivelmente integrados em outro bem.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra C**, conforme leitura conjugada dos artigos 93 e 94 do Código Civil: “Art. 93. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”. “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa A está incorreta, pois as pertencas não constituem partes integrantes do bem principal, logo, não estão irremediavelmente ligadas e podem ser objeto de relações jurídicas próprias, conforme art. 93 do Código Civil: “Art. 93. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”.

A alternativa B está incorreta, pois, em regra, as pertencas não seguem a sorte do bem principal, salvo disposição em contrário em lei, nas circunstâncias fáticas ou na vontade das partes, conforme art. 94 do Código Civil: “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa D está incorreta, pois as pertencas não constituem parte integrante do bem principal e, em regra, não seguem a sorte deste, conforme artigos 93 e 94 do Código Civil: “Art. 93. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”. “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa E está incorreta, pois as pertencas por não integrarem o bem principal, podem ser objeto de relações jurídicas próprias, assim, ainda que integradas ao bem principal, podem ser destacadas sem prejuízo de sua natureza ou substância, a exemplo do que ocorre com uma cadeirinha de bebê (pertença) destacada de um veículo automotor (bem principal).



QUESTÃO 02. O Código Civil adotou, no que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, a teoria

- a) menor.
- b) mista.
- c) disjuntiva.
- d) ampliativa.
- e) maior.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra E**. O art. 50 do Código Civil dispõe que em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. Assim, é perceptível que a teoria maior impõe à parte interessada um maior ônus na desconsideração da personalidade jurídica, sendo que de acordo com o professor Fábio Ulhoa Coelho, a teoria maior é aquela pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica quando que ela tiver sido utilizada como meio para a realização de fraude. (COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Volume 2. 5ª edição. São Paulo: Saraiva: 2002, p. 20).

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração, acolhida excepcionalmente no Código de Defesa do Consumidor e em matéria de Direito Ambiental, incide independentemente da existência de desvio de finalidade e confusão patrimonial, isto é, com menor ônus para a parte interessada na desconsideração. (COELHO, Fábio Ulhoa. Teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. Volume nº 65, jul.-set./2014. p. 21/30).

A alternativa B está incorreta, já que inexistente aplicação da “teoria mista” no ordenamento jurídico brasileiro, vide os comentários às alternativas A e E.

A alternativa C está incorreta, já que inexistente aplicação da “teoria disjuntiva” no ordenamento jurídico brasileiro, vide os comentários às alternativas A e E.

A alternativa D está incorreta, pois a teoria da desconsideração ampliativa ou expansiva da personalidade jurídica consiste na “[...] possibilidade de desconsiderar uma pessoa jurídica para atingir a personalidade do sócio oculto, que, não raro, está escondido na empresa controladora” (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito Civil: teoria geral. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 455).

QUESTÃO 03. Foi celebrado um contrato de compra e venda de bem imóvel urbano por meio de instrumento particular, em que as partes atribuíram ao imóvel o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). O instrumento particular foi apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis para registro que, por sua vez, apresentou nota devolutiva, sob o argumento de que o valor atribuído pelas partes ao bem imóvel no negócio jurídico era manifestamente incompatível com o valor de mercado, bem como que o valor venal do imóvel, apurado pelo fisco municipal para fins de lançamento de tributos, era de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais). Tendo em vista os fatos acima, entendeu o Cartório de Registro de Imóveis pela necessidade de escritura pública para instrumentalizar o contrato de compra e venda. Tendo em vista o



caso hipotético, bem como o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pode-se corretamente afirmar que

- a) apenas se o imóvel tivesse valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) haveria necessidade da compra e venda ser formalizada mediante escritura pública.**
- b) não caberia a negativa do registro, tendo em vista que as partes podem livremente atribuir o valor do negócio jurídico o qual prevalece para fins de se apurar a necessidade ou não de escritura pública.**
- c) em razão do indício de que o valor do imóvel atribuído pelas partes era irreal, corroborado pelo valor apurado pelo fisco para fins de lançamento tributário, foi acertada a exigência de escritura pública para a formalização da compra e venda.**
- d) deveria o cartório de registro de imóveis proceder a uma avaliação imobiliária para auferir o valor de mercado do imóvel, não podendo se utilizar do valor venal atribuído pelo fisco municipal como critério de referência.**
- e) a lei impõe o uso do valor venal de referência para fins de apuração da necessidade ou não de formalização do negócio jurídico por escritura pública.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra C**. A 1ª Seção do STJ sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema nº 1.113), estabeleceu três teses relativas ao cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda: “1) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação”; “2) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)”; “3) O município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral”. Assim, o valor atribuído pelo FISCO prevalece e é correta e legal a exigência feita pelo cartório que, aliás, se fundamenta no art. 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o STJ (Tema nº 1.113): “2) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)”. Assim, considerando que o valor declarado pelas partes foi afastado pelo FISCO, foi legítima a atuação do Cartório ao exigir a escritura pública para a realização do ato de transferência do bem imóvel, nos termos do art. 108 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois o Cartório pode se valer do valor atribuído pelo FISCO, sendo prescindível a realização de nova avaliação.



A alternativa E está incorreta, pois não há exigência do uso do valor venal de referência para fins de apuração da necessidade ou não de formalização do negócio jurídico por escritura pública.

QUESTÃO 04. Acerca da lesão e da teoria da imprevisão, assinale a alternativa correta

a) Se a desproporção entre a prestação do devedor e a obrigação da outra parte existir desde o nascimento da relação contratual, não é caso de aplicação da teoria da imprevisão, mas sim da lesão.

b) Para a configuração da lesão, é necessária a presença do elemento subjetivo, qual seja, o dolo de aproveitamento; já na teoria da imprevisão, é desnecessária qualquer investigação sobre o elemento subjetivo das partes, tendo em vista a adoção do critério da desproporcionalidade objetiva.

c) A lesão e a teoria da imprevisão são equivalentes e podem ser utilizadas sempre que se verificar a qualquer momento uma desproporção manifesta entre a prestação devida e a contraprestação, tendo em vista a função de preservação do sinalagma das relações obrigacionais.

d) A lesão abrange qualquer desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e a prestação da outra parte; a desproporção na teoria da imprevisão, mesmo não manifesta, deve resultar em quebra da equivalência das prestações entre as partes.

e) A teoria da imprevisão permite que o devedor, independentemente de decisão judicial, não cumpra a prestação que se tornou desproporcional; a lesão, ao contrário, requer prévio pronunciamento judicial.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra A**, conforme disposição do art. 157 do Código Civil: “Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. No caso da lesão, a prestação é desproporcional desde a contratação.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o Enunciado nº 150 da III Jornada de Direito Civil do CJF: “A lesão de que trata o art. 157 do Código Civil não exige dolo de aproveitamento”.

A alternativa C está incorreta, pois não há equivalência entre a lesão e teoria da imprevisão. O desequilíbrio na relação contratual na lesão existe desde a contratação, já na teoria da imprevisão o desequilíbrio ocorre durante a execução do contrato, conforme art. 478 do Código Civil: “Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação”.

A alternativa D está incorreta, pois a lesão não abrange qualquer desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e a prestação da outra parte, mas apenas aquelas existentes desde a celebração do contrato, ficando excluídas as que ocorrerem durante sua execução.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da teoria da imprevisão depende de decisão judicial reconhecendo a onerosidade excessiva, conforme art. 478 do Código Civil.

QUESTÃO 05. A função social do contrato é:



- a) um conceito jurídico indeterminado.
- b) uma cláusula geral.
- c) um princípio implícito do direito civil.
- d) um conceito determinado pela função.
- e) um princípio geral de direito.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra B**. De acordo com os Enunciados 21 e 22 da I Jornada de Direito civil do CJF (de setembro de 2002): “Enunciado nº 21 – Art. 421: a função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito”. “Enunciado nº 22 – Art. 421: a função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral, que reforça o princípio de conservação do contrato, assegurando trocas úteis e justas”.

A alternativa A está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa C está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta conforme comentário à alternativa B.

QUESTÃO 06. Tício era titular de um usufruto. Por estar em dificuldades financeiras, cedeu onerosamente o exercício do usufruto a Mévio. Acerca do caso narrado, pode-se corretamente afirmar que

- a) a cessão do usufruto realizada por Tício é válida e não encontra vedação no ordenamento jurídico.
- b) a cessão do exercício do usufruto somente poderia ser realizada de forma gratuita.
- c) somente após a ratificação do proprietário, a cessão onerosa realizada por Tício poderá ser confirmada e considerada válida.
- d) a cessão é expressamente vedada por lei, razão pela qual o contrato de cessão realizado por Tício é nulo de pleno direito.
- e) o usufruto é inalienável, podendo, entretanto, ser alienado mediante autorização prévia do titular da nua propriedade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra A**, conforme art. 1.393 do Código Civil: “Art. 1.393. Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso”.

A alternativa B está incorreta, pois é possível a cessão por título oneroso, nos termos do art. 1.393 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, ante a ausência de disposição legal neste sentido.

A alternativa D está incorreta, pois a cessão é permitida por lei (art. 1.393 do Código Civil).



A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o art. 1.393 do Código Civil o usufruto não pode ser objeto de alienação, mas apenas de cessão (gratuita ou onerosa).

QUESTÃO 07. José, com 18 anos, era registrado como filho de Pedro. Entretanto, descobriu que sua mãe Maria, no período de sua concepção, estava separada de fato de Pedro e teria tido um relacionamento amoroso com Isaías, falecido há dois anos. Isaías tinha características físicas muito semelhantes a José. Este, então, propôs ação de reconhecimento de paternidade contra os sucessores de Isaías, cumulada com petição de herança. Pedro subscreveu declaração escrita onde afirmou que concorda com a pretensão de José de buscar o seu verdadeiro vínculo biológico; declarou, ainda, que pretende manter sua condição de pai de José, em razão da afetividade que possui com ele. Acerca do caso narrado, pode-se corretamente afirmar que

- a) se ocorrer a confirmação que Isaías era o pai biológico de José, deve ser excluído o vínculo de paternidade de Pedro.
- b) a ação de investigação de paternidade não pode ser conhecida, tendo em vista que somente poderia ser proposta em até um ano após José ter completado 16 anos.
- c) a ação de reconhecimento de paternidade é imprescritível, e a ação de petição de herança tem o seu prazo prescricional iniciado após o trânsito em julgado da decisão judicial que reconheceu a paternidade.
- d) deveria ter sido previamente proposta ação negatória de paternidade em face de Pedro, tendo em vista que, para todos os fins legais, é o pai de José e este não pode pretender o reconhecimento de paternidade se já possui um pai informado em seu registro.
- e) a ação de investigação de paternidade é imprescritível, podendo ser mantido o nome de Pedro como pai de José, juntamente com o de Isaías, se procedente a ação.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra E**, conforme a tese nº 622 do STF: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a manutenção de dois pais na certidão de nascimento, isto é, reconhecida, portanto, a paternidade socioafetiva e biológica.

A alternativa B está incorreta, pois a ação de investigação de paternidade é de natureza declaratória e que não possui prazos previstos em lei para a sua propositura. Assim, o seu protocolo não se submete a limitações temporais (prescrição ou decadência).

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o STJ a ausência de prévia propositura da ação de investigação de paternidade (que é imprescritível), e de seu julgamento definitivo não constitui obstáculo para o início da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de petição de herança.

A alternativa D está incorreta, pois é possível o reconhecimento da dupla paternidade (socioafetiva e biológica), assim, é desnecessária a propositura de prévia ação negatória de paternidade, vide comentários à alternativa E.

QUESTÃO 08. Tício faleceu, deixando dois filhos maiores de idade e capazes e testamento. Não há controvérsia entre os filhos de Tício acerca da forma de partilha dos bens, e eles



concordam com o cumprimento do testamento. Os filhos de Tício pretendem fazer um inventário extrajudicial e, para isso, contratam um advogado e comparecem perante um tabelião de notas competente. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão da existência de testamento, não é possível a realização de inventário extrajudicial.
- b) Pode haver o inventário extrajudicial, desde que o legatário beneficiário do testamento expressamente se manifeste extrajudicialmente, por meio de escritura pública, renunciando ao cumprimento do inventário perante o juiz.
- c) O inventário extrajudicial somente poderá ser realizado se houver expressa previsão no testamento de dispensa de homologação judicial deste.
- d) Mostra-se possível o inventário extrajudicial, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente.
- e) O cumprimento do testamento deve ser realizado previamente, de forma extrajudicial e, após, poderá ser feito o inventário extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra D**, já que está de acordo com o entendimento do STJ: “[...] de uma leitura sistemática do caput e do § 1º do art. 610 do CPC/15, c/c os arts. 2015 e 2016 do CC/02, mostra-se possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente” (STJ, 4ª Turma. Resp nº 1.808.767/RJ, Rel. Min Luis Felipe Salomão, publicado no DJe em 3/12/2019).

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o STJ mesmo havendo testamento, é admissível a realização de inventário e partilha por escritura pública, na hipótese em que todos os herdeiros são capazes e concordes (REsp nº 1.951.456).

A alternativa B está incorreta, pois inexistente a imposição de tal obrigação ao legatário como condição *sine qua non* para o trâmite do inventário pela via extrajudicial.

A alternativa C está incorreta, pois não há necessidade de expressa previsão no testamento da dispensa de homologação judicial deste.

A alternativa E está incorreta, pois não há necessidade de cumprimento prévio das disposições testamentárias, podendo tudo tramitar simultaneamente pela via extrajudicial.

QUESTÃO 09. A figura do *amicus curiae* se presta a fornecer elementos que permitam o proferimento de uma decisão que leve em consideração interesses dispersos na sociedade civil e no próprio Estado. Sobre o *amicus curiae*, assinale a alternativa correta.

- a) A sua admissão no processo pode ser objeto de agravo de instrumento.
- b) Trata-se de uma modalidade diferenciada de assistência.
- c) Poderá ser pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada que poderá participar do processo por iniciativa própria, provocação de uma das partes ou até mesmo por determinação do magistrado.
- d) Tem como pressupostos cumulativos a relevância da matéria, especificidade do tema objeto da demanda e repercussão social da controvérsia.



e) Exige-se o interesse jurídico do amicus curiae, que deve ser compreendido de forma ampla, capaz de realizar interesses que não lhe são próprios nem exclusivos como pessoa ou como entidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**, tendo em vista o que dispõe o art. 138 do Código de Processo Civil: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação”.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão é irrecorrível nos termos do art. 138 do Código de Processo Civil: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação”.

A alternativa B está incorreta, pois o amicus curiae é uma espécie do gênero intervenção de terceiros e não uma modalidade da assistência, a qual pode ser simples ou litisconsorcial.

A alternativa D está incorreta, pois os requisitos mencionados não são cumulativos, mas sim alternativos, logo, preenchidos quaisquer deles, poderá haver a intervenção do amicus curiae.

A alternativa E está incorreta, pois a intervenção do amicus curiae possui natureza meramente colaborativa, sendo, portanto, um terceiro que ingressa no processo para fornecer elementos e subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa, logo, o interesse jurídico do amicus curiae se restringe ao seu espectro de atuação e expertise, sendo certo ainda que para que se possa intervir como amicus curiae, que esteja presente a representatividade adequada, isto é, deve o amicus curiae ser alguém capaz de representar, de forma adequada, o interesse que busca ver protegido no processo. Aliás, conforme o enunciado 127 do FPPC: “A representatividade adequada exigida do amicus curiae não pressupõe a concordância unânime daqueles a quem representa”.

QUESTÃO 10. Lucas, menor representado por sua mãe, propôs ação de investigação de paternidade em face de Tadeu, seu suposto pai, em 1994. Tadeu foi devidamente citado, apresentou contestação e requisitou a produção de laudo pericial que foi deferida pelo juiz. O laudo pericial foi produzido e apontou que, cientificamente, Lucas não era filho biológico de Tadeu. A sentença negativa de paternidade transitou em julgado em 1999. Em 2020, Lucas ajuizou uma segunda ação de investigação de paternidade. Na situação hipotética narrada, a relativização da coisa julgada da primeira ação, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça,

a) não seria possível, pois a relativização da coisa julgada viola a segurança jurídica do ordenamento jurídico.

b) seria possível, mesmo que sem fundamentação específica, por se tratar de direito indisponível.

c) não seria possível, devendo o caso ser reanalisado, se necessário, por meio de ação rescisória, no prazo de 2 (dois) anos a contar do trânsito em julgado da segunda ação.



d) não seria possível se não restasse demonstrada dúvida razoável em relação ao julgamento da primeira ação.

e) seria possível se as alegações da segunda ação reiterassem os fatos e fundamentos jurídicos da primeira ação.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**, considerando que o entendimento do STJ é no sentido de que a relativização da coisa julgada em ações de investigação de paternidade está adstrita a casos em que não era possível determinar de forma efetiva a eventual existência de vínculo genético. Se o pedido da primeira ação foi julgado improcedente com base em exame genético, cujo resultado foi negativo, em nova investigação, a causa de pedir deveria estar fundamentada na existência de eventual fraude na coleta do material biológico, na falta de correção do laboratório ou no questionamento sobre o método supostamente ultrapassado utilizado no exame de DNA realizado na primeira ação, do contrário, não caberá relativização da coisa julgada em matéria de investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta, pois no caso seria possível a relativização da coisa julgada, desde que fundamentada na existência de eventual fraude na coleta do material biológico, na falta de correção do laboratório ou no questionamento sobre o método supostamente ultrapassado utilizado no exame de DNA realizado na primeira ação.

A alternativa B está incorreta pois a relativização da coisa julgada no caso depende de fundamentação específica, conforme comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta, vide a justificativa no comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois não basta a reiteração dos fatos e fundamentos da primeira ação para a relativização da coisa julgada em uma segunda ação, deve ser observada a fundamentação específica conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 11. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, poderá ocorrer a expansão subjetiva dos efeitos do recurso quando houver

a) ausência de tratamento igualitário entre as partes, gerando uma situação injustificável.

b) litisconsórcio facultativo.

c) solidariedade ativa.

d) litisconsórcio simples.

e) qualquer modalidade de litisconsórcio, ainda que distintos os interesses dos litisconsortes.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. O art. 1.005 do Código de Processo Civil dispõe: “Art. 1.005. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses”. De acordo com o STJ, a regra do art. 1.005 do Código de Processo Civil não se aplica apenas às hipóteses de litisconsórcio unitário, mas, também, a quaisquer outras hipóteses em que a ausência de tratamento igualitário entre as partes gere uma situação injustificável, insustentável ou aberrante (REsp 1.993.772-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 07/06/2022, DJe 13/06/2022). Assim, a alternativa correta é a letra A.



A alternativa B está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que é necessário que haja interesses em comum aos litisconsortes para a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal.

QUESTÃO 12. Em um determinado tribunal, foram proferidas duas decisões por órgãos colegiados diferentes acerca de um mesmo tema jurídico. A primeira decisão, proferida pela Primeira Turma, considerou que determinada cláusula contratual era abusiva e declarou sua nulidade. Já a segunda decisão, proferida pela Segunda Turma, considerou a mesma cláusula contratual como válida e não abusiva. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que os embargos de divergência

a) poderiam ser interpostos se a divergência se deu na aplicação do direito material, mas não na aplicação do direito processual.

b) interpostos no Superior Tribunal de Justiça interrompem o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

c) não poderiam ser interpostos para confrontar teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

d) poderiam ser interpostos se o recorrente provasse a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial mesmo sem mencionar as circunstâncias que identificam os casos confrontados.

e) só poderiam ser interpostos se o acórdão paradigma fosse da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tivesse sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**, conforme redação do art. 1.044, § 1º, do Código de Processo Civil: “Art. 1.044 [...] § 1º A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 2º, do Código de Processo Civil, “A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se na aplicação do direito material ou do direito processual”.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 1º, do Código de Processo Civil, “Poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária”.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 4º, do Código de Processo Civil: “O recorrente provará a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica, onde foi publicado o acórdão divergente, ou com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores,



indicando a respectiva fonte, e mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 1.043, § 3º, do Código de Processo Civil: “Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros”, contudo, essa não é a única hipótese de cabimento do recurso, razão pela qual a alternativa está errada.

QUESTÃO 13. Mariana propôs ação de reintegração de posse contra Adriana, alegando que ela invadiu o terreno de sua casa de praia para instalar uma área de lazer, aumentando assim a sua propriedade. No curso do processo, a Marinha do Brasil (autarquia federal) apresentou oposição, afirmando que nem Mariana e nem Adriana tinham direito à propriedade, uma vez que a área em questão pertenceria à Marinha, e, portanto, nem Mariana e nem Adriana possuíam a posse sobre o imóvel. Diante da situação hipotética, considerando o entendimento sumulado dos tribunais superiores, é correto afirmar que a Marinha do Brasil

a) detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação de reintegração de posse podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

b) não pode intervir na ação de reintegração de posse, uma vez que não se admite oposição em possessórias.

c) não pode apresentar oposição, uma vez que tal prerrogativa se dá apenas aos entes federativos, não englobando autarquias federais.

d) detém legitimidade para intervir ainda que os fundamentos sejam genéricos e o interesse público na ação seja indireto.

e) não pode intervir de forma incidental, sendo necessária uma nova ação na qual ela poderá apresentar qualquer argumento que lhe fosse lícito apresentar em matéria de defesa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**, tendo em vista que está de acordo com a Súmula nº 637 do STJ: “O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula nº 637 do STJ, já que o ente público pode intervir em ações possessórias.

A alternativa C está incorreta, pois o termo “Ente Público” deve ser lido de modo a englobar também as autarquias e fundações públicas.

A alternativa D está incorreta, pois o Ente Público precisa demonstrar interesse direto na coisa, apresentando fundamentação específica.

A alternativa E está incorreta, pois é possível a intervenção incidental do Ente Público, o que se depreende da leitura da Súmula nº 637 do STJ..

QUESTÃO 14. André e Fabiana eram casados há dezoito anos. Por incompatibilidade de ideias, resolveram se divorciar e, para tanto, propuseram ação de divórcio perante a 3ª Vara de Família do Município de Dois Rios, local de domicílio do casal. À época, decidiram não



realizar a partilha dos bens, que, em sua maioria, imóveis, ficavam situados na cidade de Araras. Passados dois anos, Fabiana decidiu se mudar para a cidade de Terras Verdes. Durante o período, André sofreu um grave atropelamento que o deixou com lesões no cérebro, ficando impedido de exprimir a sua vontade. Sua irmã, Maria, residente em Itupé, foi nomeada curadora e André passou a residir na cidade vizinha Ituiuti. Diante do ocorrido, Fabiana decidiu propor a ação de partilha de bens. Acerca do caso hipotético narrado, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a ação de partilha de bens deverá ser proposta em

- a) Araras, considerando que lá estão situados os bens do casal.
- b) Itupé, considerando ser Maria a curadora de André.
- c) Terras Verdes, considerando ser Fabiana a autora da ação.
- d) Dois Rios, considerando que é o local onde foi ajuizada a ação de divórcio.
- e) Ituiuti, considerando ser André atualmente incapaz.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**, tendo em vista que o entendimento da 2ª Seção do STJ firmado no Conflito de Competência nº 160.329-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 27/02/2019 (Info 643), é no sentido de que “[...] a incapacidade superveniente de uma das partes, após a decretação do divórcio, não tem o condão de alterar a competência funcional do juízo prevento. Assim, a ação de partilha posterior ao divórcio deve tramitar no juízo que decretou o divórcio, mesmo que um dos ex-cônjuges tenha mudado de domicílio e se tornado incapaz”. Portanto, a ação de partilha de bens deverá ser proposta em Dois Rios, considerando que é o local onde foi ajuizada a ação de divórcio.

A alternativa A está incorreta, conforme comentário a alternativa D.

A alternativa B está incorreta conforme comentário a alternativa D.

A alternativa C está incorreta conforme comentário a alternativa D.

A alternativa E está incorreta conforme comentário a alternativa D.

QUESTÃO 15. A Arbitragem é um método alternativo de resolução de controvérsias que tem como principais características a celeridade, praticidade, a ausência de formalidades e a especificidade. No que diz respeito à possibilidade de adoção das tutelas de urgência no procedimento arbitral, se surgir uma situação de urgência,

- a) proposta na Justiça estatal para assegurar o resultado útil da arbitragem futura só tem cabimento até o julgamento no procedimento arbitral.
- b) pode ser requerida ao judiciário, havendo modificação da competência e consequente extinção da arbitragem.
- c) não é cabível o pedido de tutela de urgência por falta de previsão legal, de acordo com o atual entendimento dos tribunais superiores.
- d) não pode ser concedida tutela de urgência pelo poder judiciário, devendo esta ser requerida aos árbitros, independentemente da formação ou não do tribunal arbitral.



e) antes da instauração da arbitragem, pode ser requerida ao judiciário, que poderá apenas apreciar o pedido de tutela de provisória, estando impedido de analisar o mérito da causa por inteiro.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**, pois de acordo com o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996: “Art. 22-A. Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência”. Assim, a alternativa E está de acordo com a redação legal.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

A alternativa B está incorreta, pois não há modificação de competência na hipótese, tendo em vista a autorização do art. 22-A da Lei nº 9.307/1996 para o uso das medidas cautelares ou de urgência previamente à instituição da arbitragem.

A alternativa C está incorreta, pois há previsão legal e ela consta do art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

QUESTÃO 16. A exceção de pré-executividade é uma forma de defesa atípica do processo de execução, manifestada por meio de simples petição. Acerca do tema, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Para que a exceção de pré-executividade seja conhecida, é necessário o preenchimento dos requisitos material e formal. Quanto a este, é imprescindível que a questão suscitada seja de direito ou diga respeito a fato documentalmente provado.

b) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício ainda que demandem dilação probatória.

c) Não é permitido que o juiz determine a complementação da prova documental em sede de exceção de pré-executividade.

d) É permitida a produção de prova baseada em fato não suscitado anteriormente na exceção de pré-executividade desde que diga respeito a fatos já existentes à época do protocolo de petição.

e) A intimação do executado para complementar os documentos já apresentados excede os limites da exceção de pré-executividade, sendo considerada dilação probatória.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**, pois está de acordo com o STJ, o primeiro requisito (material), preceitua que a matéria invocada deve ser suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz. Já o segundo requisito (formal), define ser indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória (Resp nº 1.912.277).

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula nº 393 do STJ: “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, que admite a possibilidade de complementação da prova documental em exceção de pré-executividade. De acordo com o STJ (Resp nº 1.912.277) “[...] A possibilidade de complementação da prova apresentada com o protocolo



da exceção de pré-executividade propicia a prestação de tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva".

A alternativa D está incorreta, pois não é permitida a produção de provas relativas a fatos não suscitados na exceção de pré-executividade, tendo em vista a impossibilidade de dilação probatória.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 17. A montadora de carros XYZ produziu um lote de seu novo carro com defeito no freio ABS, mas, para evitar prejuízos, decidiu colocar à venda mesmo assim. Seis meses depois de iniciadas as vendas, mais de trezentos consumidores sofreram prejuízos de ordem material em seus veículos em razão do defeito no freio ABS. Os consumidores, revoltados, decidiram criar uma associação em defesa de seus interesses. Um ano após a criação da associação, foi proposta ação de reparação de danos em face da montadora de carros XYZ que, citada, apresentou contestação. Ambas as partes produziram as provas necessárias. Diante da situação hipotética, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se a ação for julgada:

a) procedente, a sentença fará coisa julgada inter partes e apenas os consumidores integrantes da associação podem se habilitar na liquidação e promover a execução, sem que seja necessário provar o dano sofrido.

b) improcedente, os interessados individuais que tiverem intervindo no processo coletivo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

c) procedente, a sentença fará coisa julgada erga omnes e qualquer consumidor pode se habilitar na liquidação e promover a execução, provando o dano sofrido.

d) improcedente, ainda que os interessados individuais não tenham intervindo no processo coletivo como litisconsortes, não poderão propor outra ação de indenização a título coletivo.

e) improcedente, cabe a repropositura de nova ação coletiva por ele ou por outro legitimado coletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, a coisa julgada na procedência de pedido na ação coletiva envolvendo direitos individuais homogêneos atinge todas as vítimas do evento, mesmo que não sejam integrantes da associação autora, conforme o já pacificado pelo STJ no Tema Repetitivo 948 (REsp 1.438.263 - 2ª Sessão), com a seguinte tese: "Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido independentemente de serem filiados à associação promovente."

A alternativa B está incorreta, pois há formação de coisa julgada, mesmo nos casos de improcedência do pedido, para os interessados individuais que tiverem intervindo no processo coletivo como litisconsortes, os quais não mais poderão propor ação de indenização a título individual, conforme texto do art. 103, §2º, do CDC: "Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual".

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o Tema Repetitivo 948 do STJ, já citado.



A alternativa D está incorreta, pois contraria o texto do art. 103, §2º, do CDC, já citado.

A alternativa E está incorreta, pois só cabe a repropositura de nova ação coletiva no caso de improcedência por falta de provas, conforme o texto do art. 103, I, do CDC: " Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81."

QUESTÃO 18. Os produtos e serviços ofertados no mercado destinam-se a satisfazer as necessidades dos consumidores, nos aspectos de indispensabilidade, utilidade e comodidade, sendo natural a expectativa de que funcionem conveniente e adequadamente ou se prestem à finalidade que deles se espera. Acerca do tema responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, afirma-se que o legislador optou pela adoção da responsabilização:

- a) sem culpa derivada do risco criado, exceto no que tange aos profissionais liberais.**
- b) com culpa derivada do ilícito contratual, aplicável a todos os casos sem exceção.**
- c) com culpa derivada do ilícito contratual, exceto no caso de concorrência de terceiro.**
- d) sem culpa derivada do risco criado, exceto no caso de culpa concorrente do consumidor.**
- e) sem culpa derivada do risco criado, exceto diante de inevitabilidade da falha.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois o Código de Defesa do Consumidor adota a teoria do risco criado, ou seja, aquela que defende que basta a criação de um risco inerente à atividade do agente para que este seja responsabilizado pelos danos provocados, mesmo sem sua culpa (negligência, imprudência e imperícia). Esse é o texto do art. 12, *caput*, do CDC, especificamente ao tratar da responsabilidade pelo fato do produto: "O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos."

Em relação ao fato dos serviços, a previsão encontra-se no art. 14, *caput*, do CDC: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

Já em relação aos profissionais liberais, a responsabilidade é subjetiva, conforme expressa redação do art. 14, §4º, do CDC: "A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.". Logo, a alternativa A é correta.

As alternativas B e C estão incorretas, pois, salvo a responsabilidade dos profissionais liberais, as demais hipóteses de responsabilidade, seja contratual, seja extracontratual, no CDC, são da modalidade objetiva.

A alternativa D está incorreta, pois a culpa concorrente do consumidor é um indiferente na responsabilidade por fato do produto, visto que só há exclusão desta por culpa exclusiva da vítima (eliminação completa do nexo causal), conforme o previsto no art. 12, §3º, III, do CDC: "O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: [...] III - a culpa



exclusiva do consumidor ou de terceiro.". E no mesmo sentido, pelo fato do serviço, o texto do art. 14, §3º, II, do CDC: " O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: [...] II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.".

A alternativa E está incorreta, pois as falhas do produto são causas expressas de responsabilização do fornecedor, por ser este considerado como defeituoso, conforme texto do art. 12, §1º, do CDC: "O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação.". O mesmo raciocínio se aplica aos serviços falhos e, portanto, defeituosos, conforme art. 14, §1º, do CDC: "O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.". Assim, mesmo inevitáveis, os danos provocados por falhas nos produtos e serviços terão de ser reparados pelo fornecedor.

QUESTÃO 19. O Código do Consumidor optou por adotar integralmente a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Acerca do tema no Código de Defesa do consumidor, afirma-se corretamente que:

- a) são solidariamente responsáveis as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas.**
- b) as sociedades coligadas só responderão se comprovada a culpa.**
- c) os pressupostos legais taxativos da desconsideração da personalidade jurídica são: abuso de direito, excesso de poder e infração da lei, em detrimento do consumidor.**
- d) são subsidiariamente responsáveis as empresas consorciadas.**
- e) o simples obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores não poderá levar à desconsideração da personalidade jurídica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis, não havendo, portanto, solidariedade, conforme o previsto no art. 28, §2º, do CDC: "As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.".

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 28, §4º, do CDC: "As sociedades coligadas só responderão por culpa".

A alternativa C está incorreta, pois além desses pressupostos cabe a desconsideração por violação dos estatutos ou contrato social da pessoa jurídica, por sua insolvência, encerramento ou inatividade, ou seja, se a personalidade da pessoa jurídica se tornar um obstáculo ao ressarcimento do consumidor, conforme o previsto no art. 28, *caput*, e §5º, do CDC: "O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. [...] §5º



Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores."

A alternativa D está incorreta, pois as empresas consorciadas são solidariamente responsáveis, conforme art. 28, §3º, do CDC: "As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o texto do já citado art. 28, §5º, do CDC.

QUESTÃO 20. Em relação ao posicionamento do STJ acerca de temas afetos à relação de consumo, assinale a alternativa correta.

a) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, exceto nos casos decorrentes da prestação de serviço público.

c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

d) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

e) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o texto da Súmula 404 do STJ: "É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula 601 do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Súmula 608 do STJ: "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão."

A alternativa D está incorreta, pois não se aplica o CDC a entidades fechadas de previdência complementar, conforme Súmula 563 do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas."

A alternativa E está correta, pois reproduz o texto do art. 602 do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas".

QUESTÃO 21. A respeito dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores, com previsão na legislação consumerista, assinale a alternativa correta.



a) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter privado.

b) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

c) Operada a decadência relativa à cobrança de débitos do consumidor, serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, informações que possam impedir novo acesso ao crédito junto aos fornecedores, no prazo de 3 anos, contados a partir da extinção do direito material subjacente.

d) Todas as informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre o consumidor devem ser disponibilizadas por intermédio da existência de um padrão uniforme, inclusive para a pessoa com deficiência, por meio de requisição feita pelo Ministério Público, neste caso (pessoa com deficiência).

e) A abertura de ficha e dados pessoais e de consumo será comunicada por meio inequívoco ao consumidor, quando houver solicitação dele.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois os bancos de dados de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter público, conforme o art. 43, §4º, do CDC: "Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público."

A alternativa B está correta, pois reproduz o exato texto do art. 43, §3º, do CDC: "O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas."

A alternativa C está incorreta, pois a cobrança de créditos, por se tratar de direito contraprestacional, não é submetida a prazos decadenciais, mas a prazos prescricionais. Ademais, ocorrida a prescrição serão mais fornecidas informações desabonadoras do consumidor, conforme previsão do art. 43, §5º, do CDC: "Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores."

A alternativa D está incorreta, pois não há um padrão uniforme para disponibilização das informações sobre o consumidor, mas, ao revés, estas devem estar em formatos acessíveis a todos, inclusive, aos deficientes, como, por exemplo, por impressão em *braille*. Ademais, basta solicitação do consumidor, não havendo necessidade de requisição do Ministério Público, conforme texto do art. 43, §6º, CDC: "Todas as informações de que trata o caput deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor."

A alternativa E está incorreta, pois a comunicação deve se dar por escrito, e não por meio inequívoco, mesmo que não haja solicitação do consumidor, conforme art. 43, §2º, do CDC: "A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele."



QUESTÃO 22. É(são) direito(s) básico(s) do consumidor, estabelecido(s) no Código de Defesa do Consumidor, entre outros:

- a) a prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, seja de caráter individual, coletivo e difuso, assegurada a previsão, em lei, dos critérios mínimos para sua valoração e quantificação.**
- b) a informação adequada sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, da qualidade e de riscos que apresentem ou potencialmente possam existir, assegurado o acesso à pessoa com deficiência, com observância do disposto em lei ordinária.**
- c) o acesso aos órgãos judiciários e às câmaras de mediação e arbitragem, com vistas à reparação de danos patrimoniais e morais, de natureza individual ou difusa, com observância da proteção jurídica e financeira aos necessitados.**
- d) aqueles decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.**
- e) a efetiva garantia de práticas de crédito integrativo, de educação socioeconômica e de tratamento de situações de superendividamento, com respeito ao piso vital necessário ao adimplemento das obrigações, por meio do mecanismo da preservação dos contratos.**

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não há parâmetros mínimos para a fixação da reparação de danos do consumidor, até mesmo porque há consenso na doutrina e jurisprudência que aplica-se ao tema o princípio da reparação integral. Nesse sentido o texto do art. 6º, VI, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".

A alternativa B está incorreta, pois a regulamentação da forma de acesso à informação para consumidores deficientes não depende de lei ordinária, mas de mero ato infralegal, conforme o disposto no art. 6º, III e parágrafo único, do CDC: " São direitos básicos do consumidor: [...] III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...] Parágrafo único - A informação de que trata o inciso III do caput deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento."

A alternativa C está incorreta, pois é garantido o acesso aos órgãos judiciários ao consumidor para defesa também de direitos coletivos, bem como, além da proteção jurídica, administrativa e técnica, não havendo previsão de proteção financeira, conforme expressa redação do art. 6º, VII, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.". Ademais, não há previsão de acesso aos órgãos de mediação e arbitragem como direito básico do consumidor.

Ademais o incentivo ao uso da mediação é instrumento da Política Nacional das Relações de Consumo, e não um direito básico do consumidor, conforme texto do art. 5º, VII, do CDC: "Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os



seguintes instrumentos, entre outros: [...] VII -instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.

Por fim, destaca-se que a previsão de cláusula de utilização compulsória de arbitragem, inclusive, é nula, por ser abusiva, conforme o previsto no art. 51, VII, do CDC: "São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...] VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem; [...]".

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do *caput*, do art. 7º, do CDC: "Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade."

A alternativa E está incorreta, pois não se refere a direitos básicos do Consumidor, mas a princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme o previsto no art. 4º, incisos IX e X, do CDC: "A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores; X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

Assim, não é direito do consumidor a prática de crédito integrativo, bem como o objetivo das proteção ao consumidor superendividado não é a preservação dos contratos, mas evitar sua exclusão social.

QUESTÃO 23. Quanto ao princípio da prioridade absoluta e proteção integral da criança e do adolescente, é correto afirmar que

a) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude são aspectos da prioridade absoluta da criança e do adolescente, positivados pelo art. 4º, parágrafo único, do ECA.

b) o artigo 1º do ECA enuncia a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, voltada ao tratamento e prevenção de situações envolvendo menores em situação irregular, baseando-se na interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais que contêm normas relacionadas às crianças e aos adolescentes, sob perspectivas de validade e eficácia.

c) o princípio da proteção integral orienta a prescrição de direitos à família, à sociedade e ao Estado, e impõe deveres às pessoas em desenvolvimento, de modo a consubstanciar um status jurídico especial às crianças e aos adolescentes.

d) a oposição do princípio da reserva do possível, por ente governamental, é possível como justificativa para não construir creches por falta de verbas, ainda que caiba ao Estado oferecer, de forma absolutamente prioritária, meios concretos à promoção da educação infantil.



e) os subprincípios da proteção integral, previstos no art. 227, §3º, V, CF (a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar da pessoa humana em desenvolvimento) são voltados às crianças e aos adolescentes.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta. A alternativa transcreveu o art. 4º do ECA em sua integralidade. Vejamos: “Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

A alternativa B está incorreta. O art. 1º do ECA não comporta nenhuma exceção. É firme ao afirmar que a proteção é destinada a crianças e adolescentes, não comportando ressalvas.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 4º do ECA, a proteção integral compreende um rol de direitos e garantias, e não de deveres.

A alternativa D está incorreta. A impossibilidade de oposição da reserva do possível foi tema do RE 1008166, que deu origem a seguinte tese de repercussão geral: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica. (Tema 548 - Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.).”.

A alternativa E está incorreta. Por se tratar de princípios que regem os procedimentos, são destinados (direcionados) àqueles que possuem poder de influência no processo, e não aos tutelados (crianças e adolescentes).

Recurso: Alternativa “E” também está correta. O *caput* do art. aborda também o “jovem”, entretanto a alternativa em questão não menciona qualquer forma de exclusividade dos princípios. É possível verificar que as crianças e adolescentes são destinatários dos princípios em questão à medida que são até mesmo reproduzidos no ECA.

CF: Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

ECA: Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.



QUESTÃO 24. À vista do que dispõem os artigos 7º e seguintes do ECA quanto ao direito à saúde e à vida da criança e do adolescente, é correto afirmar que

- a) há prioridade máxima estabelecida por lei ao atendimento de crianças com até seis anos completos, termo final da primeira infância, com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza pelo serviço de saúde e de assistência social nos termos do artigo 13, §2º, do ECA, com previsão de tratamento terapêutico e inclusão em rede de proteção, de acordo com projeto e protocolo preestabelecido, com acompanhamento domiciliar, se aferida a necessidade da criança por equipe especializada.
- b) de acordo com o que dispõe o art. 14, §1º, do ECA, a vacinação de crianças e adolescentes é facultativa, por se tratar de recomendação das autoridades sanitárias.
- c) a “adequação dos estabelecimentos prisionais femininos, especialmente quanto à arquitetura prisional e à execução de atividades e aos procedimentos e rotinas da gestão prisional, garantindo à gestante e à mulher com filho lactente condições de atendimento às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde”, prevista no art. 2º, IV, da Resolução CNJ no 252/2018, constitui diretriz de acompanhamento das mulheres e gestantes privadas de liberdade e não de direito da criança e do adolescente à vida e à saúde.
- d) as gestantes ou mães devem manifestar interesse em entregar seus filhos à adoção ao Conselho Tutelar, que encaminhará o procedimento à Justiça da Infância e da Juventude, com possibilidade de acompanhamento pela equipe técnica.
- e) de acordo com o art. 7º do ECA, o essencial direito da criança e do adolescente à vida e à saúde se alcança, de forma subsidiária à atuação da iniciativa privada, pela efetivação de políticas sociais públicas voltadas a permitir o nascimento saudável de cada criança e o seu pleno desenvolvimento, de modo sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta. A alternativa em questão pode ser extraída do art. 13 do ECA, como pode ser verificado: “Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. § 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.”

Recurso: O edital não aborda, em nenhum tópico, conhecimentos sobre a lei 13.257/16, que disciplina o marco temporal da Primeira Infância. O ECA, em geral, é silente sobre o tema. Pontua-se, ainda, que o limite de 6 (seis) anos para configuração da Primeira Infância é específico para fins da aludida lei, conforme verifica-se: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.”

A alternativa B está incorreta. A vacinação, nos termos do art. 14, é obrigatória. Nesse sentido: “Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de



educação sanitária para pais, educadores e alunos. § 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.”

A alternativa C está incorreta. A própria Resolução, em conformidade com ECA, determina o interesse maior da criança e do adolescente. Vejamos dispositivo da Resolução: “Art. 8º. A convivência entre mães e filhos em unidades prisionais ou de detenção deverá ser garantida, visando apoiar o desenvolvimento da criança e preservar os vínculos entre mãe e filhos, resguardando-se sempre o interesse superior destes, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.”.

A alternativa D está incorreta. Não existe na lei que a manifestação seja dirigida ao Conselho Tutelar.

A alternativa E está incorreta. Não existe previsão da atuação como mera fonte subsidiária. “Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

QUESTÃO 25. A perda e a suspensão do poder familiar se dão pela colocação da criança e do adolescente em família substituta mediante guarda, tutela, adoção e adoção internacional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo ECA, sendo correto afirmar que

a) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de segurado, dos quais seus detentores poderão ser dependentes, se houver requerimento de benefício previdenciário, com expresse consentimento de seus pais.

b) a adoção atribui ao adotado a condição de filho para todos os efeitos, desligando-o do vínculo pessoal e jurídico com os pais biológicos, consoante dispõe o art. 41 do ECA, salvo quanto aos impedimentos para o casamento e aos direitos patrimoniais supervenientes.

c) é imprescindível a especialização de hipoteca legal pelo tutor, que não se substitui pela prestação de caução, em caso de o patrimônio da criança e do adolescente ser de valor considerável, sobrepondo-se a regra do artigo 37 do ECA, de caráter especial, à do artigo 1745 do CC, genérica, em garantia da boa administração dos interesses do tutelado.

d) na adoção internacional, se comprovada a impossibilidade de reintegração da criança e do adolescente em sua família natural ou extensa, retirado poder familiar dos pais naturais e consultado o maior de 12 anos, para obtenção de consentimento, com observância aos requisitos de compatibilidade com o adotante e o local para onde segue, desnecessário o exaurimento de possibilidades de encaixe em família substituta brasileira.

e) a adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, mas tal consentimento será dispensado em relação à criança ou ao adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar, nos termos do art. 45, caput, e §1º, do ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de questão de direito que independe de consentimento. Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência § 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.



A alternativa B está incorreta. A adoção, nos termos do art. 41, comporta apenas a exceção referente aos impedimentos matrimoniais. “Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”

A alternativa C está incorreta. Não se exige a especialização da hipoteca, ainda que o patrimônio do menor seja de valor considerável, sendo suficiente a caução, nos termos do Código Civil. “Art. 1.745. Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante termo especificado deles e seus valores, ainda que os pais o tenham dispensado. Parágrafo único. Se o patrimônio do menor for de valor considerável, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, podendo dispensá-la se o tutor for de reconhecida idoneidade.”

A alternativa D está incorreta. A adoção internacional é medida excepcional, sendo imperioso o esgotamento das possibilidades de encaixe em família substituta brasileira, nos termos do ECA. Vejamos: Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto n.º 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção. § 1º A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado: II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei;

A alternativa E está correta. Trata-se de reprodução exata de dispositivo legal do ECA. “Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. § 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.”

QUESTÃO 26. Com relação ao sistema das medidas protetivas e ao regime das medidas socioeducativas, é correto afirmar que atingem as crianças e os adolescentes autores de atos infracionais da seguinte forma:

a) a interposição de apelação impede, automaticamente, a internação imediata de menor infrator solto, em cumprimento de sentença, ante a conjugação da natureza jurídica da medida socioeducativa, mecanismo de proteção ao adolescente e à sociedade e o princípio da presunção da inocência (artigo 5º, LVII, CF).

b) somente a efetiva violação a direito ou garantia de menor de dezoito anos: I. por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, II. por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, e, III. em razão de sua conduta, legitimam o Estado para tutelá-los, nos termos do art. 98, caput, do ECA, de imediato, de forma provisória ou definitiva.

c) a comprovação de falta, omissão ou abuso dos pais em relação aos filhos, após encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social e constatação de impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, conduz à destituição do poder familiar, medida de proteção extrema prevista no artigo 24 do ECA, que tem fundamento no princípio da prioridade absoluta e da proteção integral.



d) a criança está sujeita às medidas de proteção, e, excepcionalmente, às medidas socioeducativas, se demonstradas a reiteração e a prática de ato infracional com emprego de grave ameaça e violência contra a pessoa.

e) os princípios previstos no artigo 100, parágrafo único, do ECA, são direcionados exclusivamente ao juiz, único competente para a aplicação das medidas de proteção.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A apelação será recebida, em regra, apenas no efeito devolutivo. Vejamos: “4. Como bem pontuado no acórdão impugnado pelo writ, “as medidas socioeducativas têm por escopo primordial a ressocialização do adolescente, possuindo um intuito pedagógico e de proteção aos direitos dos jovens”, de modo que postergar o início de cumprimento da medida socioeducativa imposta na sentença que encerra o processo por ato infracional importa em “perda de sua atualidade quanto ao objetivo ressocializador da resposta estatal, permitindo a manutenção dos adolescentes em situação de risco, com a exposição aos mesmos condicionantes que o conduziram à prática infracional”. Incide, à espécie, o princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, positivado no parágrafo único, inc. VI, do art. 100 do ECA. 5. Outrossim, a despeito de haver a Lei 12.010/2009 revogado o inciso VI do artigo 198 do referido Estatuto, que conferia apenas o efeito devolutivo ao recebimento dos recursos - e inobstante a nova redação conferida ao caput do art. 198 pela Lei n. 12.594/2012 – é importante ressaltar que continua a vigor o disposto no artigo 215 do ECA, o qual prevê que “o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte”. Ainda que referente a capítulo diverso, não há impedimento a que, supletivamente, se invoque tal dispositivo para entender que os recursos serão recebidos, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, ao menos em relação aos recursos contra sentença que acolhe representação do Ministério Público e impõe medida socioeducativa ao adolescente infrator, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina a legislação menorista. 8. Ordem denegada. (STJ. HC 346380/SP. Relatora: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Relator(a) p/ Acórdão: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Órgão Julgador: S3 - TERCEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento: 13/04/2016. Data da Publicação/Fonte: DJe 13/05/2016).”

A alternativa B está incorreta. O dispositivo legal em questão trata não só da efetiva violação dos direitos do menor, mas também da mera ameaça. “Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.”.

A alternativa C está correta. “Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.”

A alternativa D está incorreta. As restrições apresentadas na assertiva correspondem a requisitos da internação, não podendo ser estendidas às demais medidas socioeducativas (I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade;).

A alternativa E está incorreta. Nos termos do ECA, o Conselho Tutelar também pode aplicar medidas de proteção. Vejamos: “Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;”.



QUESTÃO 27. Legitimado pela natureza do direito material tutelado, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê normas processuais e procedimentos específicos para as ações que tramitam perante as Varas da Infância e da Juventude, seguindo as seguintes diretrizes:

a) a dispensa de defensor ao menor infrator a quem se atribua a prática de ato infracional em audiência de apresentação, com anuência expressa de seus responsáveis, não implica nulidade processual.

b) compete ao Ministério Público promover os procedimentos relativos aos atos infracionais, inclusive iniciando a ação socioeducativa pública, comprometido com a busca da verdade, e, como titular do procedimento, não cumula a função de custos legis.

c) o menor infrator tem direito subjetivo ao recurso em liberdade, decorrência do princípio da prioridade absoluta e proteção integral.

d) 1. aplicação subsidiária da legislação processual, 2. prioridade absoluta na tramitação dos processos, 3. previsão da regra de flexibilização procedimental, inaplicável para o fim de afastamento de criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos; e 4. direcionamento das multas ao fundo gerido pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.

e) verificando que o adolescente não possui advogado constituído, o juiz deverá conceder prazo de três dias para outorga de mandato e o decurso sem manifestação implicará nomeação de defensor, a fim de impedir adiamento de ato processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A presença do defensor é essencial ao ato. “Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 201, §2º do ECA, as atribuições do Ministério Público são cumulativas e não alternativas. Dessa forma, ainda que promova procedimentos relativos aos atos infracionais, deverá atuar também como fiscal da lei. “Art. 201. Compete ao Ministério Público: § 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade do Ministério Público.”

A alternativa C está incorreta. Pontua-se, inicialmente, que a medida protetiva não tem caráter penal. A medida, em regra, será cumprida de imediato, sob pena de ser ineficaz e desatualizada em relação à proteção e ressocialização do adolescente. Vejamos: “4. Como bem pontuado no acórdão impugnado pelo writ, “as medidas socioeducativas têm por escopo primordial a ressocialização do adolescente, possuindo um intuito pedagógico e de proteção aos direitos dos jovens”, de modo que postergar o início de cumprimento da medida socioeducativa imposta na sentença que encerra o processo por ato infracional importa em “perda de sua atualidade quanto ao objetivo ressocializador da resposta estatal, permitindo a manutenção dos adolescentes em situação de risco, com a exposição aos mesmos condicionantes que o conduziram à prática infracional”. Incide, à espécie, o princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, positivado no parágrafo único, inc. VI, do art. 100 do ECA. 5. Outrossim, a despeito de haver a Lei 12.010/2009 revogado o inciso VI do artigo 198 do referido Estatuto, que conferia apenas o efeito devolutivo ao recebimento dos recursos - e inobstante a nova redação conferida ao caput do art. 198 pela Lei n. 12.594/2012 – é importante ressaltar que continua a vigor o disposto no artigo 215 do ECA, o qual



prevê que "o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte". Ainda que referente a capítulo diverso, não há impedimento a que, supletivamente, se invoque tal dispositivo para entender que os recursos serão recebidos, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, ao menos em relação aos recursos contra sentença que acolhe representação do Ministério Público e impõe medida socioeducativa ao adolescente infrator, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina a legislação menorista. 8. Ordem denegada. (STJ. HC 346380/SP. Relatora: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Relator(a) p/ Acórdão: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Órgão Julgador: S3 - TERCEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento: 13/04/2016. Data da Publicação/Fonte: DJe 13/05/2016)."

A alternativa D está correta. A assertiva apresenta diversos dispositivos legais, sendo possível verificar que os pontos 1 e 2 correspondem ao art. 152, o ponto 3 ao art. 153 e o ponto 4 ao art. 214, conforme pode ser verificado: "Art. 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. § 1º É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes. Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos. Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município."

A alternativa E está incorreta. O ato judicial não será adiado. "Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor. § 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato."

QUESTÃO 28. No que diz respeito à prática do ato infracional, é correto afirmar que

a) para a aplicação da medida socioeducativa, além da apuração do ato infracional, requisito objetivo, deve ser comprovado o subjetivo, consubstanciado no desvio de conduta do menor infrator.

b) a desistência de outras provas do ato infracional, à vista da confissão do adolescente, está em descompasso com a garantia processual de igualdade (do adolescente) na relação processual, impondo-se o pronunciamento de sua nulidade, inclusive por afronta ao direito de o adolescente produzir provas na audiência em continuação.

c) não se extingue a medida socioeducativa pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva.

d) a internação provisória, disciplinada pelo artigo 108 do ECA, consiste na possibilidade de privação da liberdade, em momento anterior à sentença sancionatória, e a superação do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, desde que motivado, não implica pronunciamento de ilegalidade.

e) o ato infracional, por ser conduta equiparada a crime, permite a extradição motivada por conduta praticada por sujeito que era, ao momento da ação ou omissão, menor de dezoito anos, não se cogitando de ausência do requisito da dupla tipicidade.

Comentários



A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O termo “desvio de conduta” não é mais utilizado, e refere-se ao revogado “Código de Menores”. O ECA adotou a terminologia “ato infracional”, que é conceituada na própria lei. “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”.

A alternativa B está correta. Trata-se de entendimento sumulado pelo STJ. Vejamos: “Súmula 342 No procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2007, DJ 13/08/2007, p. 581)”

A alternativa C está incorreta. A disposição contrária pode ser encontrada na lei do SINASE. Vejamos: “Art. 46. A medida socioeducativa será declarada extinta: III - pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva;”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da jurisprudência do STF, o excesso de prazo da internação provisória do adolescente implica em ilegalidade. Vejamos: “CRIMINAL RHC. MENOR. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES DO PRAZO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. PERÍODO DE INTERNAÇÃO SUPERIOR AO PERMITIDO PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA. I – O prazo de internação provisória de menor infrator não pode ultrapassar aquele previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – 45 dias – sob pena de se contrariar o propósito da Legislação do Menor, que pretende a celeridade dos processos e a internação como medida adotada apenas excepcionalmente. II – Configura-se o constrangimento ilegal se verificado que, através de sucessivas prorrogações do período de internação provisória, este excede o prazo máximo permitido pela legislação especial. Precedente. III – Recurso provido, para determinar a desinternação do menor.” (RHC 13.435/AC, Rel. Min. GILSON DIPP)

A alternativa E está incorreta. O STF já se manifestou em sentido contrário. Vejamos: “EMENTA: EXTRADIÇÃO. PROMESSA DE RECIPROCIDADE. CRIMES DE EXTORSÃO GRAVE COM CARÁTER DE ROUBO E LESÃO CORPORAL. EXTRADITANDO MENOR DE DEZOITO ANOS À ÉPOCA DO FATO. INIMPUTABILIDADE. EQUIPARAÇÃO A ATOS INFRACIONAIS. AUSÊNCIA DE DUPLA TIPICIDADE 1. Crimes de extorsão grave com caráter de roubo e lesão corporal. Paciente menor de dezoito anos à época dos fatos. Inimputabilidade segundo a lei brasileira. 2. A Lei n. 6.815/80 impede a extradição quando o fato motivador do pedido não for tipificado como crime no Brasil. Considerada sua menoridade, as condutas imputadas ao extraditando são tidas como atos infracionais pela Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ausente o requisito da dupla tipicidade prevista no art. 77, inc. II da Lei n. 6.815/80. Extradição indeferida. (Ext 1135 Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 01/10/2009 Publicação: 27/11/2009)”.

QUESTÃO 29. Fundador do moderno Direito Penal, primeiro dogmático da doutrina jurídico-penal, a quem se atribui a formulação do princípio *nullum crimen, sine lege, nulla poena, sine lege*:

a) Feuerbach.

b) Beccaria.

c) Bentham.



d) Carrara.

e) Romagnosi.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema escolas do Direito Penal.

A alternativa A está correta. Anselm von Feuerbach é considerado o fundador da moderna ciência do Direito Penal. Conforme leciona Juarez Tavares (*in* Teorias del delito) nos estudos de Feuerbach são encontrados os indícios da estruturação do conceito analítico de crime: ação antijurídica cominada em lei. A doutrina também afirma que provém dele a fórmula do princípio da legalidade: “*nullun crimen sine lege, nulla poena sine lege*”.

A alternativa B está incorreta. Cesare Beccaria Foi um importante pensador iluminista, o qual teve importante papel na construção do princípio da legalidade. Na clássica obra: “Dos delitos e das penas”, Beccaria defende que somente as leis podem fixar as penas de cada delito e que o direito de fazer as leis é do legislador, que representa toda a sociedade. Todavia, a questão busca o “fundador do moderno Direito Penal”, enquanto que Beccaria se mostrou um dos mais importantes precursores da Escola Clássica. Sua obra tem cunho essencialmente político e não, propriamente, científico.

A alternativa C está incorreta. Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista, sendo reconhecido pela Teoria Utilitarista. Ele também escreveu o livro “O Panóptico”, no qual descreve uma penitenciária ideal, a qual permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados.

A alternativa D está incorreta. Carrara é o expoente da Escola Clássica italiana, sendo este adepto do jusnaturalismo, visualizando a pena a partir da retribuição, ou seja, o mal causado pelo criminoso à sociedade é retribuído pela aplicação da pena. O crime é visto como um ente jurídico, o qual surge da necessidade da sociedade de coibir condutas que perturbem a ordem.

A alternativa E está incorreta. Giandomenico Romagnosi também foi um importante filósofo e jurista Italiano, o qual era adepto da visão jusnaturalista e utilitarista e que via no direito penal um importante meio de defesa social, com função preventiva.

QUESTÃO 30. Do princípio do *locus delicti commissi*, depreende-se que

a) por ficção, a lei penal considera como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública.

b) o estrangeiro pode alegar erro sobre a ilicitude do fato que, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

c) as convenções, tratados e regras de direito internacional não podem ser excluídos quando da aplicação da lei penal.

d) considera-se praticado o crime apenas no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.

e) a lei nacional alcança os crimes praticados dentro do território nacional, sejam os agentes nacionais, estrangeiros ou apátridas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei penal no espaço.



A alternativa A está incorreta. Com relação à aplicação da Lei Penal no espaço, o Código Penal adotou como regra o princípio da territorialidade, ou seja, aplica-se a Lei Penal brasileira aos crimes cometidos no território nacional.

Conforme o Código penal, o território brasileiro não compreende apenas os limites fronteiriços do país, o mar territorial, o subsolo e o espaço aéreo, mas também as “embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar” (art. 5º, §1º, do CP). Os locais trazidos pelo referido §1º do artigo 5º do CP são considerados território brasileiro por extensão, em razão da aplicação do princípio do pavilhão ou da bandeira.

A alternativa B está incorreta. A alternativa traz disposição que está adequada em relação ao Código Penal, à luz do artigo 21 do referido diploma, o qual dispõe: “O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.”. Todavia, a questão requer o que se depreende do princípio do *locus delicti commissi*, portanto, a afirmação, em que pese verdadeira, não responde ao que foi questionado.

A alternativa C está incorreta. Conforme Luiz Flávio Gomes, deve-se distinguir “o Direito penal incriminador (que cria ou amplia o ius puniendi, ou seja, que cuida da definição do crime, da pena, das medidas de segurança ou das causas de agravamento da pena) do Direito penal não incriminador (conjunto de normas penais que cuidam de algum aspecto do ius puniendi, sem se relacionar com o crime, a pena, as medidas de segurança ou com o agravamento das penas). O primeiro (Direito penal incriminador), no que se refere à sua origem (isto é, à sua fonte), é muito mais exigente (e restrito) que o segundo.” Essa compreensão, portanto, estabelece que o direito penal incriminador deve ser restrito ao princípio da *lex populi*, de modo que, nas palavras de Luiz F. Gomes: “somente o Estado está autorizado a legislar sobre Direito Penal. Em outras palavras: ele é o único titular da criação ou ampliação do ius puniendi, logo, cabe a ele a produção material do Direito penal objetivo (ou seja: cabe ao Estado a criação das normas que compõem o Direito penal incriminador)”. Sendo assim, é possível afastar as convenções e tratados internacionais na aplicação da lei penal. Nestes termos, destaca-se a decisão proferida no STF no HC 121.835: “As convenções internacionais, como a Convenção de Palermo, não se qualificam, constitucionalmente, como fonte formal direta legitimadora da regulação normativa concernente à tipificação de crimes e à cominação de sanções penais.”.

A alternativa D está incorreta. Quanto ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, segundo a qual: “Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.”.

A alternativa E está correta. Conforme o artigo 5º, *caput*, do CP: “Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.” Sendo assim, salvo disposição contrária prevista em convenções, tratados e regras de direito internacional, a lei penal brasileira se aplica aos crimes praticados no território nacional, seja o agente nacional, estrangeiro ou apátrida (Teoria da Territorialidade Mitigada).

QUESTÃO 31. Caio e Tício são sócios em uma sociedade empresária. Caio decide matar Tício e, sabedor que Tício é a primeira pessoa a chegar ao local de trabalho comum pela manhã, planeja uma emboscada. Caio aguarda Tício e, assim que vislumbra um vulto, que pensa ser o sócio adentrando a empresa, dispara um projétil de arma de fogo. Posteriormente, verifica-se que o vulto se tratava de um sequestrador que abordara Tício na porta da empresa e que,



no momento do disparo, mantinha Tício refém, sob arma de fogo. O sequestrador morre em razão do disparo. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

- a) socorre Caio o exercício regular de direito, pois, mesmo sem ter ciência da ofensa à integridade de Tício, agiu contra pessoa que invadia os limites de sua empresa, respondendo apenas por conduta culposa.
- b) não se vislumbra reprovação social na conduta de Caio, com o consequente afastamento da culpabilidade.
- c) Caio responderá pela morte do sequestrador, como se contra Tício houvesse atentado.
- d) ainda que Caio não tivesse ciência da ação do sequestrador, aplicar-se-á em seu favor a excludente de ilicitude da legítima defesa de terceiro.
- e) a situação equipara Caio ao agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes aberrantes.

A alternativa A está incorreta. A conduta do agente não poderia ser abarcada pela excludente do exercício regular de direito, uma vez que sua ação não é guiada por repelir possível invasão ao seu imóvel, mas sim matar seu desafeto. Falta, assim, o elemento subjetivo, intuito de agir protegido pelo exercício regular do direito, a guiar os atos praticados conforme a excludente de ilicitude.

A alternativa B está incorreta. A ausência de reprovação social da conduta não configura uma causa excludente da culpabilidade. O relevante valor social da ação poderia, nessa hipótese, fazer incidir o crime de homicídio em sua forma privilegiada (art. 121, §1º, do CP). No entanto, o tipo penal em questão exige que o agente cometa o crime impelido por relevante valor social, o que demonstra ser imprescindível a presença do requisito subjetivo para configurar a figura privilegiada. O fato do agente agir com claro *animus necandi* com relação à vítima visada, não a tendo atingido por simples erro na interpretação das circunstâncias fáticas, demonstra claramente que a conduta não foi ditada por relevante valor social, muito embora o resultado eventualmente tenha sido.

A alternativa C está correta. Constitui requisito fundamental para se configurar a legítima defesa o agente ter total conhecimento da existência da situação justificante. Assim, no caso em análise, em que o agente possuía claro *animus necandi* contra a vítima visada e, apenas por erro na situação fática, termina por atingir o sequestrador, percebe-se que falta o elemento subjetivo da legítima defesa, qual seja, o conhecimento acerca da situação justificante, apta a gerar a finalidade de defender-se a si ou a terceiro.

Ademais, o artigo 20, §3º, do CP estabelece que, havendo erro quanto à pessoa, o agente responderá como se tivesse atingido o sujeito inicialmente visado (vítima virtual), e não aquele que efetivamente sofreu a conduta (vítima real): “O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.”.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. O Código Penal, em seu art. 25, p. único, não fez tal equiparação. Ademais, dispõe expressamente que devem estar presentes todos os requisitos da legítima defesa, o que não ocorre ante a falta do elemento subjetivo supramencionado.



QUESTÃO 32. Age em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Nos casos em que é razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado:

- a) o agente será responsabilizado por dolo, mas não por culpa.
- b) a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
- c) desnatura-se o estado de necessidade, responsabilizando-se o agente.
- d) configura-se estado de necessidade putativo.
- e) não há isenção de pena quando a ação deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Estado de Necessidade.

A alternativa A está incorreta. Não há tal previsão. Em verdade, irá incidir uma causa de diminuição da pena (art. 24, §2º do CP), em razão da razoabilidade do sacrifício.

A alternativa B está correta. O art. 24, caput, do CP, assim dispõe: “considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”.

Assim, na situação concreta, deve-se fazer uma análise comparativa entre o bem salvo e o bem sacrificado (ponderação de bens), de modo que apenas haverá estado de necessidade quando aquele (bem salvo) for de maior importância que este (bem sacrificado), ou, ainda, quando se equivalerem. Deste modo, percebe-se que o Código Penal adotou a Teoria Unitária, a qual reconhece apenas o Estado de Necessidade Exculpante. Destaca-se, todavia, que o CPM adotou a Teoria Diferenciadora (art. 39 do DL 1.001/69), admitindo tanto o Estado de Necessidade Exculpante como o Justificante.

Na hipótese, o bem salvo é de menor importância em comparação com o bem sacrificado, logo, não se configurará o estado de necessidade, devendo-se aplicar o § 2º do art. 24 do CP, que prevê causa de diminuição da pena, de um a dois terços.

A alternativa C está incorreta. O art. 24, §2º, do CP, prevê a existência do estado de necessidade, ainda que o bem sacrificado seja de maior valor. Ante a falta de proporcionalidade, no entanto, o CP prevê uma causa de diminuição para essa hipótese.

A alternativa D está incorreta. O estado de necessidade putativo ocorre quando o agente, por erro, isto é, falsa percepção da realidade que o cerca, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria sua ação legítima. O caso em análise não se amolda a essa situação.

A alternativa E está incorreta. Não há tal previsão para o estado de necessidade.

QUESTÃO 33. Marius é condenado à pena privativa de liberdade de 1 ano 2 meses e, cumulativamente, à pena de 23 dias-multa. Com relação à prescrição da pena de multa, nos termos do art. 114 do CP, é correto dizer que

- a) seguirá a regra de prescrição da dívida de valor do Direito Civil.
- b) ocorrerá em 1 ano.



c) ocorrerá em 3 anos.

d) ocorrerá em 4 anos.

e) ocorrerá em 2 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 114, II, do CP, a prescrição da pena de multa cominada de forma alternativa ou cumulativa à pena privativa de liberdade será a mesma que incide quanto a esta última. No caso, tratando-se de pena maior que um ano e superior a dois, o prazo prescricional será de 4 anos, conforme art. 109, V, do CP.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, hipótese de qualificação do homicídio doloso e de aumento de pena do homicídio culposo.

a) Praticado com qualquer arma de fogo; praticado com inobservância de regra técnica de profissão.

b) Com emprego de veneno; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

c) Por motivo fútil; com emprego de meio que possa resultar perigo comum.

d) Se o agente foge para evitar prisão em flagrante; se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

e) Praticado para assegurar a ocultação de outro crime; se o agente não procura diminuir as consequências do seu ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre homicídio.

A alternativa A está incorreta. Apenas o homicídio cometido com arma de fogo de uso restrito ou proibido configura a modalidade qualificada prevista no art. 121, §2º, VIII, do CP, logo, se praticado com arma de fogo de uso permitido, não há qualificação do crime. O homicídio culposo praticado com inobservância de regra técnica de profissão, no entanto, configura uma causa de aumento prevista no art. 121, §4º, do CP.

A alternativa B está incorreta. De fato, o emprego de veneno configura uma qualificadora do homicídio doloso, previsto no III, do art. 121. No entanto, o emprego de arma de fogo não constitui causa de aumento do homicídio culposo.

A alternativa C está incorreta. A prática de homicídio doloso embasada em motivo fútil constitui qualificadora do inciso II, do art. 121. Contudo, o uso de meio que possa resultar perigo comum não constitui causa de aumento do homicídio culposo.

A alternativa D está incorreta. A fuga do agente do local do crime para evitar prisão em flagrante não constitui qualificadora para o homicídio culposo. Por outro lado, não prestar o agente imediato socorro à vítima configura causa de aumento do crime de homicídio culposo (art. 121, §4º, do CP).



A alternativa E está correta. A prática do crime de homicídio doloso para assegurar a ocultação de outro crime constitui modalidade qualificada (art. 121, §2º, V, do CP). Ademais, constitui causa de aumento do homicídio culposo o fato do agente não procura diminuir as consequências do seu ato (art. 121, §4º, do CP).

QUESTÃO 35. Julius, funcionário público, estava sendo processado pelo crime de corrupção passiva. Contudo, durante a instrução, ficou demonstrado que a conduta de Julius se amoldava a outro tipo penal. Após a aplicação das regras processuais cabíveis para a readequação da acusação e considerando que Julius havia reparado o dano, advém sentença de extinção da punibilidade. É correto dizer que Julius praticou

- a) facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) peculato culposo.
- c) advocacia administrativa.
- d) prevaricação.
- e) corrupção passiva privilegiada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes contra administração pública.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de facilitação de contrabando ou descaminho.

A alternativa B está correta. O art. 312, §3º, do CP, prevê que, em se tratando do crime de peculato culposo, a reparação do dano anteriormente à sentença irrecorrível extingue a punibilidade do agente.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de advocacia administrativa.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de prevaricação.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de corrupção passiva privilegiada.

QUESTÃO 36. É direito do colaborador da justiça, nos exatos termos do art. 5º da Lei nº 12.850/13:

- a) ter prioridade de matrícula dos filhos ou enteados menores de 18 anos em instituições públicas de ensino, em qualquer período do ano, caso necessite alterar domicílio em razão da colaboração.
- b) caso solicite e comprove necessidade, receber auxílio financeiro mensal para subsistência da família por até 2 anos.
- c) participar dos atos processuais remotamente.
- d) não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito.
- e) deixar de fornecer endereço nos autos, desde que representado por advogado.



Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Colaboração Premiada.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 5º, IV, da Lei nº 12.850/13, é direito do colaborador: “participar das audiências sem contato visual com os outros acusados”. Não há, todavia, previsão de participação remota, de forma ampla.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 5º, V, da Lei nº 12.850/13, é direito do colaborador: “não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito;”. Ademais, este mesmo dispositivo legal enuncia os seguintes direitos do Colaborador: I) usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados; III) ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV) participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; VI) cumprir pena ou prisão cautelar em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D

QUESTÃO 37. Acerca dos princípios e garantias aplicáveis ao processo penal, consoante a interpretação consentânea com o espírito democrático da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

a) O princípio do *ne bis in idem* impede nova persecução penal pelos mesmos fatos, independentemente de a decisão favorável ao imputado transitada em julgado ter sido proferida por juízo incompetente.

b) O princípio da motivação das decisões penais é uma garantia fundamental absoluta, por meio do livre convencimento motivado, que não encontra exceção em nosso sistema jurídico.

c) O direito ao silêncio aplica-se ao preso, ao indiciado e ao acusado, em geral, e estende-se às informações relacionadas à qualificação.

d) A presunção de inocência, com todas as suas implicações em prol do imputado (ônus da prova, regra de julgamento/decisão e de tratamento), aplica-se à fase judicial, mas não à investigatória.

e) O princípio do contraditório e da ampla defesa não se aplicam à fase de investigação preliminar, na qual vigora a inquisitividade e o sigilo absoluto, imposto, inclusive, ao advogado do indiciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos princípios e garantias do Processo Penal.

A alternativa A está correta. A garantia do *ne bis in idem* (vedação à dupla incriminação) não está expressamente prevista na CF/88, todavia, é inegável que esta faz parte do ordenamento pátrio, se configurando como limite implícito ao poder estatal e derivando-se da coisa julgada (art. 5º, XXXVI,



da CF/88). Vale destacar que a vedação à dupla incriminação está prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 8º, n. 4) e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 14, n. 7), incorporados ao direito brasileiro com status supralegal (Decretos 678/1992 e 592/1992) respectivamente, tratam da vedação à dupla incriminação.

Portanto, mesmo que proferida por juízo incompetente, em razão de seu assento constitucional do *ne bis in idem* e da vedação à Revisão Criminal *pro societate* (art. 621 do CPP), não é possível instaurar nova persecução penal sobre fatos já julgados.

A alternativa B está incorreta. A teoria do livre convencimento motivado está insculpida no artigo 155 do CPP: “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.” Sendo assim, é inegável que a motivação das decisões judiciais é regra no sistema jurídico pátrio.

Todavia, excepcionalmente, a doutrina afirma que o ordenamento pátrio adotou outros sistemas. Dentre estes está o Sistema da Íntima convicção, o qual vigora nos julgamentos do Tribunal do Júri, uma vez que os jurados não estão vinculados às provas existentes no processo e não precisam fundamentar a decisão (art. 593, III, e §3º, CPP).

A alternativa C está incorreta. Muito embora a Constituição faça menção apenas ao preso como titular do direito ao silêncio (art. 5º, LXIII), enraizou-se em nosso ordenamento jurídico o entendimento de que a todo investigado ou acusado é garantido o privilégio contra a autoincriminação, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si (*nemo tenetur se detegere*). Daí decorre a previsão no texto legal de que o acusado deva ser informado, antes do início do interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio e de não responder a perguntas que lhe forem dirigidas (art. 186, caput, do CPP).

Importante ressaltar que os tribunais superiores entendem que a parte do interrogatório que versa sobre a pessoa não está protegida pelo direito ao silêncio; portanto, se o acusado mentir sobre a sua qualificação, ele poderá responder por falsa identidade (conforme decisão da 3ª Seção do STJ-REsp 1.362.524-MG- e do Plenário do STF, no RE 640139 RG).

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência pátria é sólida na aplicação do princípio da presunção de inocência tanto na fase processual como na fase pré-processual. Neste sentido, a Súmula nº 444 do STF dispõe: “É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.”. Ademais, no HC 206.143, o STF entendeu que: “A existência de processos em andamento, por si só, não é suficiente para afastar a minorante do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.”. Por fim, em recente julgamento, em sede de Repercussão Geral, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que: “Violam o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória.”

A alternativa E está incorreta. A Súmula Vinculante nº 14 garante o direito ao Defensor o acesso aos elementos de prova já documentados. Neste sentido, o inquérito Policial possui sigilo externo, vedando o acesso aos terceiros desinteressados. Por outro lado, no plano interno, o sigilo é relativo, uma vez que a Súmula Vinculante n. 14 estabelece que o defensor tem o direito ao “acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”, ou seja, apenas aos procedimentos em curso é possível opor o sigilo.



QUESTÃO 38. Sobre a investigação preliminar e os meios de obtenção de provas e/ou elementos de convicção cabíveis em sede processual penal, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei.

- a) O inquérito policial é instrumento indispensável para a dedução da ação penal, sendo a investigação prerrogativa exclusiva da polícia judiciária.
- b) As declarações do delator, ainda que desprovidas de comprovação ou de outros elementos confirmatórios, poderão justificar a tomada de medidas reais ou pessoais, mas não a dedução de ação penal.
- c) A denúncia anônima, por si só, não pode autorizar a abertura de inquérito policial ou a tomada de medidas cautelares invasivas.
- d) Tratando-se da investigação de infrações de menor potencial ofensivo, o cabimento da proposta de transação penal não impede que a acusação opte pelo acordo de não persecução penal.
- e) A captação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, poderá ser utilizada em matéria de defesa e de acusação, independentemente da integridade da gravação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre investigação preliminar e meios de obtenção de prova.

A alternativa A está incorreta. O art. 39, §5º, do CPP, dispõe que o órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias. Portanto, o inquérito policial não é procedimento indispensável para a dedução da ação penal. Ademais, o procedimento investigatório não constitui prerrogativa exclusiva da polícia judiciária, tendo o STF fixado entendimento, no julgamento do RE 593.727/MG, de que o Ministério Público também dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 4º-A, § 16, da lei nº 12.850/2012, não poderão ser decretadas medidas cautelares reais ou pessoais ou recebida a denúncia ou queixa-crime com base apenas nas declarações feitas em acordo de colaboração premiada.

A alternativa C está correta. Conforme entendimento do STJ, trazido no julgamento do RHC 88.642/RS, a denúncia anônima, quando ausentes outros indícios graves, não é elemento suficiente para a autorização de atuação estatal insidiosa na privacidade dos cidadãos, como para justificar interceptações telefônicas, invasão de domicílio ou mandado de busca e apreensão.

A alternativa D está incorreta. O art. 28-A, §2º, I, do CPP, dispõe que não será proposto o acordo de não persecução penal se for cabível transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo.

A alternativa E está incorreta. A lei n. 9.296/96, em seu art. 8º-A, §4º, dispõe que a captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, mas apenas pela defesa, e ainda assim quando demonstrada a integridade da gravação.



QUESTÃO 39. Caio, auditor, ao constatar fraude no pagamento de boleto no mês de setembro de 2019, em prejuízo da empresa X, lavrou boletim de ocorrência, imputando crime de estelionato a Mévio, funcionário responsável pelo setor de contas a pagar. Do Boletim de Ocorrência instaurou-se inquérito policial, sendo certo que o representante legal da empresa vítima, ao ser ouvido, afirmou não ter qualquer interesse na investigação, já que o suposto prejuízo foi totalmente ressarcido pelo então funcionário. Finalizado o Inquérito Policial, Mévio veio a ser denunciado, em 2021, pelo Ministério Público, por crime de estelionato (sancionado com pena privativa de liberdade de reclusão de 1 a 5 anos) não sendo ofertado o acordo de não persecução penal, sob a escusa de que, em seu interrogatório policial, Mévio teria negado os fatos, embora tenha ressarcido o prejuízo, afirmando entender ter sido negligente em suas funções e, portanto, responsável. Recebida a denúncia, o Ministério Público também deixou de propor a suspensão condicional do processo, ante a não confissão do crime. Considerando-se que, em dezembro de 2019, houve alteração legislativa passando a persecução penal do estelionato, antes de iniciativa pública incondicionada, para pública condicionada e, ainda, o ingresso do acordo de não persecução penal, aponte a alternativa correta.

- a) A alteração da ação penal pública incondicionada para condicionada à representação aplica-se ao caso. Não obstante, ainda que ausente representação formal, uma vez que os fatos foram noticiados por funcionário da empresa vítima, resta autorizada a persecução penal.
- b) Embora a confissão formal e circunstanciada seja requisito legal para a proposta de acordo de não persecução penal, o mesmo requisito não é exigido para a proposta de suspensão condicional do processo.
- c) A alteração da ação penal, de iniciativa pública incondicionada para condicionada à representação, não afeta o caso, uma vez que os fatos se deram antes da alteração legislativa, sendo irrelevante a ausência de representação formal da vítima para validade da denúncia.
- d) O acordo de não persecução penal, preenchido o requisito objetivo do quanto da pena cominada, é direito subjetivo do acusado, podendo ser ofertado, pelo Magistrado, em caso de negativa do Ministério Público.
- e) O imputado não fazia jus ao acordo de não persecução penal, eis que os fatos investigados são anteriores à previsão de sua possibilidade pela lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Ação Penal.

A alternativa A está incorreta. No caso em apreço, o representante legal da empresa afirmou que não há interesse na persecução penal, de modo que, embora tenha havido a lavratura de Boletim de Ocorrência, no momento que os fatos se tornaram conhecidos, a vontade da vítima, através do seu representante legal, é pela contrariedade da persecução penal, de modo que a ação carece de uma condição de procedibilidade, qual seja, a representação da vítima.

Vale destacar que a jurisprudência não tem exigido formalidade para a representação da vítima, de modo que, o que deve ser inequívoco é o interesse na persecução penal, o que não se visualiza no caso: “Prevalece no STJ e no STF que a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, não exige maiores formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca de que a vítima tem interesse na persecução penal. Dessa forma, não há necessidade de que exista nos



autos peça processual com esse título, sendo suficiente que a vítima ou seu representante legal leve ao conhecimentos das autoridades o ocorrido.”(HC 385.345/SC)

A alternativa B está correta. O artigo 28-A do CPP, o qual regulamenta o Acordo de Não Persecução Penal, exige que o investigado tenha: “confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal”.

A Suspensão condicional do processo, regulamentada pelo artigo 89 da Lei nº 9.099/95, não prevê a confissão do acusado como requisito. Na verdade, para beneficiar-se da suspensão do processo, a lei exige: 1) crime com pena mínima igual ou inferior a um ano; 2) acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime; 3) acusado não seja reincidente em crime doloso; 4) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício.

A alternativa C está incorreta. Embora tenha havido decisões divergentes nos tribunais superiores, a mais recente decisão do Plenário do STF, exarada nos autos do Habeas Corpus n. 208.817, estabeleceu que: “a representação deve retroagir a todos os casos de estelionato em andamento quando de sua promulgação, tendo a vítima um prazo de 30 dias para manifestar-se sob pena de decadência e não importando a fase em que o procedimento se encontre.”. Reconheceu-se, assim, o caráter híbrido da norma, o que, por força constitucional (art. 5º, XL, da CF) lhe conferiria retroatividade.

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STJ: “O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal. [...]O acordo de não persecução penal é cabível durante a fase inquisitiva da persecução penal, sendo limitada até o recebimento da denúncia, o que inviabiliza a retroação pretendida pela defesa, porquanto a denúncia foi oferecida em 28/8/2019 e recebida em 11/9/2019, antes da vigência da Lei n. 13.964/2019 (AGRG no RESP n. 2.002.178/SP).

A alternativa E está incorreta. A amplitude da retroatividade do ANPP é ainda tema controvertido na jurisprudência. No caso apresentado, todavia, considerando-se apenas os lapsos temporais, é possível aplicar o instituto, visto que a denúncia apenas foi oferecida em 2021, momento posterior à vigência da Lei 13.964/19.

Vale destacar que há decisões no STF que permitem a retroatividade do ANPP até mesmo diante do trânsito em julgado: “3. O art. 28-A do Código de Processo Penal, acrescido pela Lei 13.964/2019, é norma de conteúdo processual-penal ou híbrido, porque consiste em medida despenalizadora, que atinge a própria pretensão punitiva estatal. Conforme explicita a lei, o cumprimento integral do acordo importa extinção da punibilidade, sem caracterizar maus antecedentes ou reincidência. 4. Essa inovação legislativa, por ser norma penal de caráter mais favorável ao réu, nos termos do art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal deve ser aplicada de forma retroativa a atingir tanto investigações criminais quanto ações penais em curso até o trânsito em julgado.” (HC nº 217.275/SP).

Já no STJ, a Sexta Turma estabeleceu a possibilidade de aplicação retroativa do acordo de não persecução penal, desde que a denúncia não tenha sido recebida (HC 628.647).

QUESTÃO 40. Tício, Deputado Federal, há tempos anda contrariado com as sucessivas decisões concessivas de liberdade proferidas por Mévio, Desembargador Estadual, propiciando a soltura de pessoas que, em sua visão pessoal, deveriam estar presas. Entre



as pessoas que acabaram soltas está um traficante que Tício considera ser o responsável por viciar o seu filho em cocaína. Em julho, durante o recesso parlamentar, enquanto passava férias no litoral, em seu Estado natal, Tício encontra, inesperadamente, em um restaurante, o magistrado. Não controlando sua raiva, pelo motivo pessoal exposto, efetua disparos de arma de fogo (de uso proibido) contra o magistrado, que não teve qualquer possibilidade de defesa, sendo alvejado pelas costas, quase vindo a óbito (homicídio doloso qualificado tentado). Tício foi preso em flagrante delito, respondendo pelo crime de homicídio doloso tentado qualificado e por porte ilegal de arma de fogo de uso proibido. Considerando o caso apresentado, aponte a alternativa correta.

- a) Por ter prerrogativa de foro, como Deputado Federal, Tício deverá responder pelos fatos perante o Tribunal competente, no Supremo Tribunal Federal.
- b) Considerando a qualidade da vítima, a competência será do Tribunal de Justiça ao qual servia o desembargador.
- c) Tício responderá perante o Tribunal do Júri, na esfera federal, considerando sua condição de Deputado Federal, sendo que o crime de porte de arma de fogo de uso proibido será processado na esfera estadual (vara comum estadual).
- d) Tício responderá, por ambos os crimes, no Tribunal do Júri, na esfera estadual.
- e) Por ter prerrogativa de foro, por ser Deputado Federal, Tício deverá responder pelos fatos perante o Tribunal competente, no Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que o crime não guarda relação com o cargo político desempenhado pelo agente, afastada estará a prerrogativa de foro. Neste sentido, o Plenário do STF, na AP 937 QO/RJ, definiu que: As normas da Constituição de 1988 que estabelecem as hipóteses de foro por prerrogativa de função devem ser interpretadas restritivamente, aplicando-se apenas aos crimes que tenham sido praticados durante o exercício do cargo e em razão dele. Assim, por exemplo, se o crime foi praticado antes de o indivíduo ser diplomado como Deputado Federal, não se justifica a competência do STF, devendo ele ser julgado pela 1ª instância mesmo ocupando o cargo de parlamentar federal. Além disso, mesmo que o crime tenha sido cometido após a investidura no mandato, se o delito não apresentar relação direta com as funções exercidas, também não haverá foro privilegiado.”

A alternativa B está incorreta. O foro por prerrogativa de função é definido conforme a qualidade do agente que pratica o crime, não da vítima, uma vez que possui por escopo evitar pressões e constrangimentos a juízes comuns em terem que proceder ao julgamento de autoridades. Por essa razão, em face da relevância do cargo ou da função exercida por determinadas pessoas, não se aplicam a elas as regras comuns de competência, sendo julgadas originariamente por tribunais preestabelecidos pela Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Tendo em vista que o agente praticou o crime de homicídio tentado por razões pessoais, não se lhe aplica o foro por prerrogativa, conforme explicado na alternativa A. Portanto, seu julgamento ocorrerá perante tribunal do júri na esfera estadual. O crime de porte de arma de fogo de uso proibido, por ser crime conexo, será igualmente submetido ao tribunal do júri para julgamento, conforme o artigo 78, I, do CPP.

A alternativa D está correta. No julgamento da AP 937, o STF firmou entendimento de que o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo



(requisito temporal) e relacionados às funções desempenhadas (requisito funcional). Na questão em análise, resta claro que o agente praticou o crime por motivos pessoais, que em nada tinham relação com o seu mandato. Dessa forma, deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri, na esfera estadual, uma vez que afastada a prerrogativa de foro no caso concreto.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 41. A respeito do processo e do procedimento, previstos no Código de Processo Penal e na legislação especial, aponte a alternativa correta.

a) Em sede de Juizado Especial Criminal, da decisão que rejeita a denúncia ou queixa, cabe recurso em sentido estrito.

b) Aos crimes praticados com violência física doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, embora seja aplicável o acordo de não persecução penal.

c) Compete ao juiz criminal da jurisdição, onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos na lei falimentar.

d) Uma vez citado por edital, o réu não compareça nem constitua defensor, o processo deverá ser suspenso, com suspensão da prescrição, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal, excetuados os feitos que apuram os crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

e) O interrogatório, na lei de drogas, está previsto como o primeiro ato da instrução, podendo a defesa arrolar até três testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre procedimentos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 82, da lei nº 9.099/95, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá apelação.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 28-A, §2º, IV, do CPP, não será cabível o acordo de não persecução penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 183, da lei nº 11.101/2005, compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos na lei falimentar.

A alternativa D está incorreta. Muito embora o art. 2º, §2º, da lei nº 9.613/98, disponha que o art. 366 do CPP não se aplica ao crime de lavagem de capitais, não há previsão semelhante no que tange ao crime de organização criminosa, previsto na lei nº 12.850/2013.

A alternativa E está incorreta. De fato a lei 11.343/2006 dispõe, em seu art. 57, que o interrogatório do réu deve ser realizado antes da inquirição das testemunhas. No entanto, a defesa poderá arrolar até cinco testemunhas no procedimento dos crimes da lei de drogas, conforme o art. 55, § 1º, da mencionada Lei.

QUESTÃO 42. Em sede de direito processual penal, levando em conta o entendimento sumular dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa correta.



- a) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é dispensável a citação do réu como litisconsorte passivo.
- b) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é vedada a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, sendo necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.
- c) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor, pouco importando a entidade ou órgão ao qual foi apresentado.
- d) No processo penal, contam-se os prazos da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- e) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda súmulas sobre processo penal.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa contraria a Súmula 701 do STF, que dispõe: “No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.”

A alternativa B está incorreta. A alternativa contraria o disposto na Súmula 574 do STJ: “Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa está incorreta em razão do disposto na Súmula nº 546 do STJ: “A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.”

A alternativa D está incorreta. A Súmula 710 do STF dispõe: “No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem. Válida. Essa súmula vale também para os prazos recursais.”

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula 648 do STJ: “A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus”

QUESTÃO 43. Considerando a matéria de prisão, fiança e demais medidas cautelares, bem como levando em conta as medidas protetivas, em sede de processo penal, aponte a alternativa correta.

- a) A audiência de custódia é cabível para os casos de prisão em flagrante delito, não sendo aplicável para outras modalidades de prisões provisórias.
- b) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 4 anos.



c) Nos casos de cometimento de crimes de menor potencial ofensivo, é incabível a incidência de prisão em flagrante delito.

d) Se houver indícios de que o funcionário público integra uma organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

e) Em sede de violência doméstica e familiar contra a mulher, as medidas protetivas de urgência serão concedidas independente da tipificação da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou registro de boletim de ocorrência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medidas cautelares.

A alternativa A está incorreta. No julgamento da Reclamação 29.303 o STF determinou que todos os tribunais do país e todos os juízos a eles vinculados devem realizar, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades de prisão.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 322 do CPP: “A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.”. Portanto, a pena máxima poderá ser igual ou inferior a 4 anos.

A alternativa C está incorreta. Conforme enuncia a doutrina, o flagrante é dividido em quatro fases: 1) captura; 2) condução coercitiva; 3) lavratura do auto de prisão em flagrante; 4) recolhimento à prisão. Neste sentido, deve-se compreender que a prisão em si, ou seja, a captura daquele que cometeu o delito, é possível, mesmo em crimes de menor potencial ofensivo, nestes casos, todavia, não se mostra cabível a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, nem o recolhimento à prisão. Neste sentido, o artigo 69, parágrafo único, da Lei 9.099/95 dispõe: “Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. (...)”

A alternativa D está incorreta. O artigo 2º, §5º, da Lei 12.850/13 dispõe que: § 5º Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.”. Portanto, não haverá prejuízo à remuneração.

A alternativa E está correta. Conforme o artigo 19, §5º, da Lei Maria da Penha, acrescido pela Lei 14.550/23: “As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.”

QUESTÃO 44. Sobre a matéria de provas em processo penal, aponte a alternativa correta.

a) A desconfiança policial em relação à atitude do sujeito, que demonstra nervosismo perante a autoridade, bem como à sua aparência, poderá ensejar revista pessoal ou mesmo autorizar busca e apreensão, não se questionando da validade das provas encontradas.

b) A nulidade pela inversão da ordem das perguntas feitas às testemunhas, em audiência, será reconhecida se demonstrado prejuízo para a parte que a suscitou.

c) A ilicitude da prova pode ser relativizada e o elemento probatório admitido e valorado se a sua falta comprometer a busca da verdade real, tanto em prol da defesa quanto da acusação.



d) Ainda que não haja autorização judicial, a autoridade policial, ao efetuar a prisão em flagrante, poderá acessar os dados de agendas, contatos, fotos, bem como o inteiro teor de mensagens de texto e áudios do celular do preso, mesmo que relacionada à esfera de sua intimidade.

e) Poderá ser autorizada pelo juiz, de ofício, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos em infrações criminais cujas penas mínimas sejam superiores há 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema provas no processo penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme decidido pelo STJ no HC 158.580-BA: “2. (...)O art. 244 do CPP não autoriza buscas pessoais praticadas como “rotina” ou “praxe” do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata.

3. Não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e.g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial.

Ante a ausência de descrição concreta e precisa, pautada em elementos objetivos, a classificação subjetiva de determinada atitude ou aparência como suspeita, ou de certa reação ou expressão corporal como nervosa, não preenche o standard probatório de “fundada suspeita” exigido pelo art. 244 do CPP.”

A alternativa B está correta. Conforme decidiu o STJ no HC 212.618/RS: “A inversão da ordem de inquirição de testemunhas estabelecida pelo art. 212 do Código de Processo Penal constitui nulidade capaz de viciar o processo quando suscitada a tempo e quando demonstrado prejuízo efetivo sofrido pelo paciente.”

A alternativa C está incorreta. A busca pela verdade real não autoriza que as garantias processuais penais, as quais possuem assento constitucional e convencional, como, por exemplo, a vedação de utilização de provas ilícitas (art. 5º, LVI, da CF), sejam desconsideradas. Neste sentido, o STJ, no seio da Reclamação 36.734/SP, assentou que: “é unívoca a opinião de que a busca pela verdade no processo penal encontra limitação nas regras de admissão, de produção e de valoração do material probatório, o qual servirá de suporte ao convencimento do julgador. Afinal, os fins colimados pelo processo penal são tão importantes quanto os meios de que se utiliza”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento do STJ é “Ilícita é a devassa de dados, bem como das conversas de *whatsapp*, obtidas diretamente pela polícia em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial (RHC 51.531/RO)”.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 8-A, *caput*, da Lei 9.296/96, o juiz não poderá determinar a captação ambiental de sinais de ofício: “Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando”. Vale destacar que, pela literalidade da referida lei, o magistrado poderia determinar interceptações telefônicas de ofício, conforme prevê o artigo 3º da Lei 9.296/96: “A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento”.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa correta no que concerne ao poder constituinte.



- a) O poder constituinte derivado reformador, chamado por alguns de competência reformadora, tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução.
- b) O objetivo fundamental do poder constituinte supranacional é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.
- c) O poder constituinte originário é inicial, autônomo, limitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente. O objetivo fundamental é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte anterior.
- d) O poder constituinte derivado pode ser subdividido em histórico (ou fundacional) e revolucionário.
- e) O poder constituinte derivado decorrente, assim como o revolucionário, por ser derivado do originário e por ele criado, é também jurídico e encontra os seus parâmetros de manifestação nas regras estabelecidas pelo originário. Pode ser dividido em histórico (fundacional) ou subsidiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De fato, o poder constituinte derivado reformador é aquela que permite a alteração do texto constitucional. Sendo um poder constituído, é condicionado, de modo que deve seguir o procedimento imposto pelo poder constituinte originário. Além disso, tal poder é limitado, não podendo extrapolar os limites que lhe são impostos pela CRFB/88, notadamente as cláusulas pétreas do art. 60, §4º, da CRFB/88. O poder constituinte reformador é a forma ordinária de alteração da constituição, não se cuidando de revolução.

A alternativa B está incorreta. O poder constituinte supranacional busca firmar uma Constituição Supranacional legítima, a partir de um conjunto de Estados que se relacionam, integrando-se econômica e politicamente. Seu principal objetivo é a proteção internacional e o fortalecimento dos direitos humanos, não havendo de se falar em “criação de um novo Estado”.

A alternativa C está incorreta. O poder constituinte originário é ilimitado juridicamente.

As alternativas D e E estão incorretas. Tal classificação pertence ao poder constituinte originário. Na modalidade histórica/fundacional, o poder constituinte originário é o que elabora a primeira Constituição de um Estado. Por exemplo, no Brasil, foi a CF de 1824. Já na modalidade revolucionária, o poder constituinte originário elabora uma nova Constituição que substitui a anterior e rompe com a ordem política e social até então vigente.

QUESTÃO 46. Assinale a alternativa correta no que concerne às normas constitucionais.

- a) As normas constitucionais de eficácia restringível são as que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência mediata.
- b) Normas constitucionais de eficácia plena contêm todos os elementos imprescindíveis para que haja a possibilidade da produção imediata dos efeitos previstos, já que, apesar de suscetíveis de emendas, requerem normação subconstitucional subsequente.



c) As normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.

d) As normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva têm aplicabilidade direta, mediata e possivelmente integral.

e) Normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa dependem exclusivamente de lei complementar para o exercício do direito ou benefício consagrado. Sua possibilidade de produzir efeitos é imediata.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

As normas de eficácia contida, também ditas restringíveis ou de eficácia redutível, são aquelas que possuem eficácia direta e imediata, independentemente de intermediação legislativa para produzir seus efeitos. Contudo, diferentemente das normas de eficácia plena, o próprio texto constitucional prevê a possibilidade de restrição por meio de legislação infraconstitucional.

Pela mesma justificativa acima explicada, as alternativas A e D estão incorretas.

A alternativa B está incorreta. As normas constitucionais de eficácia plena dispensam normação subconstitucional subsequente.

A alternativa E está incorreta. De fato, as normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa dependem de norma posterior para o exercício do direito ou benefício consagrado. No entanto, esta norma posterior não precisa ser, exclusivamente, lei complementar. Ademais, sua eficácia é mediata.

QUESTÃO 47. No que concerne ao Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

a) a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, será dirigida pelo Corregedor Nacional de Justiça, sendo que a Constituição Federal contempla o fato de que um Ministro do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor, acumulando o cargo.

b) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, entretanto não ficará excluído da distribuição de processos no âmbito de seu Tribunal.

c) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução.

d) é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, todas as ações, proferidas no exercício de suas competências constitucionais e ajuizadas contra decisões do Conselho Nacional de Justiça.

e) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. O STF decidiu, no julgamento da ADI 4412, o seguinte: “Nos termos do artigo 102, inciso I, alínea ‘r’, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências



constitucionais respectivamente previstas nos artigos 103-B, parágrafo 4º, e 130-A, parágrafo 2º, da Constituição Federal”.

A alternativas A e B estão incorretas. De acordo com art. 103-B, § 5º, da CF: “§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:”

A alternativa C está incorreta. acordo com art. 103-B, caput, da CF: “Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:”

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz a antiga redação do caput do Art. 103-B, o qual foi modificada pela EC 61/2009, passando a constar o seguinte: “Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:”. Portanto, não há mais tal determinação na CF.

QUESTÃO 48. No que concerne à possibilidade de controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, é correto afirmar:

a) o ajuizamento da ação civil pública visando, não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas o julgamento de uma específica e concreta relação jurídica, tornar-se-á lícito promover, incidenter tantum, o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público.

b) o ajuizamento da ação civil pública visando não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas envolvendo tributos ou contribuições previdenciárias, autoriza o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público, como efeitos erga omnes da declaração.

c) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exclui a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo por meio de ação civil pública, exceto, quando, nela, o autor deduzir pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias.

d) o ajuizamento da ação civil pública visando, não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas envolvendo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados, autoriza o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público, como efeitos erga omnes da declaração.

e) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exclui a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo por meio de ação civil pública, exceto, quando, nela, o autor deduzir pretensões que envolvam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. No julgamento do Ag. Reg. na Reclamação 27990, o STF assim decidiu: “O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de



identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal. Precedentes.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 49. No que concerne à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), à ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e à ação declaratória de constitucionalidade (ADC), assinale a alternativa correta.

a) A ADC foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio de Emenda Constitucional, tendo sido posteriormente regulamentada o seu processo e julgamento por meio de lei infraconstitucional. O objetivo da ADC é transformar uma presunção relativa de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual em absoluta, não mais admitindo prova em contrário.

b) A ADPF será cabível, nos termos da lei, seja na modalidade de arguição autônoma, seja na hipótese de arguição incidental. Entretanto, é vedado utilizar a ADPF tendo por objeto ato editado antes da Constituição, como instrumento de análise em abstrato de recepção de lei ou ato normativo.

c) No julgamento do pedido de medida cautelar em ADO, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela omissão inconstitucional, na forma do previsto no Regimento do Tribunal.

d) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que, pendente julgamento de ADO, se a norma constitucional que não tinha sido regulamentada vier a ser revogada, a ação não deverá ser extinta prosseguindo-se até final julgamento.

e) Na ADPF a decisão é imediatamente autoaplicável. A decisão terá eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público, além de efeitos irretroativos (ex nunc).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Em regra, é possível fazer sustentação oral em qualquer processo, com a exceção do disposto no § 2º, do art. 131, do RISTF, in verbis: “Art. 131. Nos julgamentos, o Presidente do Plenário ou da Turma, feito o relatório, dará a palavra, sucessivamente, ao autor, recorrente, peticionário ou impetrante, e ao réu, recorrido ou impetrado, para sustentação oral. § 1º O assistente somente poderá produzir sustentação oral quando já admitido. § 2º Não haverá sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar.”

Contudo, quanto à impossibilidade de sustentação em medida cautelar, excetuam-se os casos relativos a ADI, ADC, e à ADPF. No art. 10, § 2º, da Lei 9.868/99, tem-se o seguinte: “§ 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal.”

E, no art. 6º, § 2º, da Lei 9.882/99, tem-se o seguinte: “§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.”

A alternativa A está incorreta. De fato, a ADC foi introduzida no ordenamento por meio da Emenda Constitucional nº 3/1993, que modificou a redação do art. 102, § 1º, “a”, da CF, fazendo constar o seguinte: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de



inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”

Ademais, também é verdadeiro que o objetivo da ADC é transformar uma presunção relativa de constitucionalidade em presunção absoluta, não mais admitindo prova em contrário.

No entanto, a alternativa se torna incorreta porque fala que a ADC terá como objeto atos federais e estaduais, mas de acordo com a redação do mencionado art. 102, § 1º, “a”, da CF, a ADC somente terá por objeto lei ou ato normativo federal.

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/99, a ADPF também poderá ter como objeto ato editado antes da Constituição: “Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com decisão do STF, proferida no julgamento da ADI 1836: “Esta Corte já firmou o entendimento, em face da atual Constituição, de que, quando há a revogação do ato normativo atacado como inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade, esta fica prejudicada por perda de seu objeto. Essa orientação, por identidade de razão, se aplica tanto à ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo quanto ação direta de inconstitucionalidade por omissão de medida destinada a tornar efetiva norma constitucional, sendo que, neste último caso, isso ocorrerá quando a norma revogada for a que necessitava de regulamentação para a sua efetividade. (ADI 1.836QO, rel. min. Moreira Alves, j. 18-6-1998, P, DJ de 4-12-1998).

A alternativa E está incorreta. De fato, na ADPF, a decisão é imediatamente autoaplicável e tem eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público, de acordo com art. 10, § 1º e 3º, da Lei 9.882/99: “§ 1º O presidente do Tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente. § 3º A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.”

Porém, a regra é que seus efeitos serão retroativos, ou seja, ex tunc. Para que haja efeito ex nunc, deve haver modulação dos efeitos, de acordo com art. 11 da Lei 9.882/99: “Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”

QUESTÃO 50. Visa-se, dentro dessa nova realidade, não mais apenas atrelar o constitucionalismo à ideia de limitação do poder político, mas, acima de tudo, busca-se a eficácia da Constituição, deixando o texto de ter um caráter meramente retórico e passando a ser mais efetivo, sobretudo diante da expectativa de concretização dos direitos fundamentais. Tem como uma de suas marcas a concretização das prestações materiais prometidas pela sociedade, servindo como ferramenta para a implantação de um Estado Democrático Social de Direito. No que concerne ao constitucionalismo, é correto afirmar que o enunciado se refere ao

a) constitucionalismo liberal.

b) constitucionalismo pós-positivismo.



c) constitucionalismo globalizado.

d) constitucionalismo democrático.

e) transconstitucionalismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. O constitucionalismo é a limitação ao poder político, fenômeno tipicamente moderno. Inicialmente, as constituições preocuparam-se em positivizar liberdades públicas e direitos políticos. Após, os direitos sociais e direitos difusos. Depois da Segunda Guerra Mundial, ganhou corpo um movimento político e jurídico no sentido de que não bastava a positivação dos direitos humanos nos textos constitucionais se esses textos não possuísem plena eficácia e pudessem ser aplicados diretamente.

A esse movimento de reconhecimento de força normativa ao texto constitucional e de superação a uma visão estritamente positivista do Direito, a doutrina tem chamado de neoconstitucionalismo ou constitucionalismo contemporâneo.

Embora menos usual, é possível verificar que o neoconstitucionalismo surge, historicamente, junto à visão pós-positivista do direito, de modo que alguns autores se utilizam do termo constitucionalismo pós-positivismo, expressão esta que não é imune a críticas.

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. No que concerne à possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas, é correto afirmar que

a) sem dúvida, cresce a teoria da aplicação indireta dos direitos fundamentais às relações privadas (eficácia vertical), especialmente diante de atividades privadas que tenham certo “caráter público”, por exemplo, em escolas, (matrículas), clubes associativos, relações de trabalhos etc.

b) o Supremo Tribunal Federal tem aplicado a teoria da eficácia indireta dos direitos com repercussão geral que possui o mesmo efeito de vinculação da súmula.

c) os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, tanto em uma dimensão proibitiva e voltada para o legislador, que deverá editar lei que limite direitos fundamentais, como, ainda, positiva, voltada para que o legislador implemente os direitos fundamentais existentes, ponderando quais devem aplicar-se às relações privadas.

d) o tema encontra amparo em recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, entretanto, há uma tendência a restringir a eficácia horizontal aos direitos humanos de primeira dimensão.

e) o tema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, também denominado pela doutrina de eficácia privada ou externa dos direitos fundamentais, surge como importante contraponto à ideia de eficácia vertical dos direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. O Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais não só na relação indivíduo-Estado, mas também nas relações privadas, entre dois particulares. A isso se dá o nome de teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, que se contrapõe à eficácia vertical.



Vejamos: “EMENTA: SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. RECURSO DESPROVIDO. I. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. II. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA DAS ASSOCIAÇÕES. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados. A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. III. SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE QUE INTEGRA ESPAÇO PÚBLICO, AINDA QUE NÃO-ESTATAL. ATIVIDADE DE CARÁTER PÚBLICO. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. As associações privadas que exercem função predominante em determinado âmbito econômico e/ou social, mantendo seus associados em relações de dependência econômica e/ou social, integram o que se pode denominar de espaço público, ainda que não-estatal. A União Brasileira de Compositores - UBC, sociedade civil sem fins lucrativos, integra a estrutura do ECAD e, portanto, assume posição privilegiada para determinar a extensão do gozo e fruição dos direitos autorais de seus associados. A exclusão de sócio do quadro social da UBC, sem qualquer garantia de ampla defesa, do contraditório, ou do devido processo constitucional, onera consideravelmente o recorrido, o qual fica impossibilitado de perceber os direitos autorais relativos à execução de suas obras. A vedação das garantias constitucionais do devido processo legal acaba por restringir a própria liberdade de exercício profissional do sócio. O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF/88). IV. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. “

A alternativa A está incorreta. Trata-se da eficácia horizontal, e não vertical.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal ainda não tem aplicado a teoria da eficácia indireta dos direitos com repercussão geral.

A alternativa C está incorreta. De fato, na eficácia indireta, os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, em duas dimensões, voltadas ao legislador: proibitiva e positiva. No entanto, ao contrário do que a alternativa afirma, a dimensão proibitiva determina que o legislador não poderá editar lei que viole direitos fundamentais, não havendo de se falar em “editar lei que limite direitos fundamentais”.



A alternativa D está incorreta. Não há de se falar em “restrição à eficácia horizontal dos direitos humanos de primeira dimensão”; pelo contrário, são estes os direitos mais aplicados.

QUESTÃO 52. No que concerne à ordem econômica e financeira, é correto afirmar que

a) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

b) o Supremo Tribunal Federal fixou a tese (repercussão geral): as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

c) os institutos clássicos do direito de propriedade e a autonomia da vontade privada eram suficientes para regulamentar a atividade econômica, pois o capitalismo comercial pregava a autorregulação, com relativa interferência do Estado na economia.

d) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

e) o constituinte privilegia o modelo capitalista, porém, não se pode esquecer da finalidade da ordem econômica, qual seja, assegurar a todos a existência digna. A primeira Constituição brasileira a separar a ordem econômica da ordem social foi a de 1967.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. De acordo com o Tema 210 de Repercussão geral do STF, tem-se o seguinte: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 174, caput, da CF: “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa se refere ao Estado considerado pós-social. De acordo com o doutrinador Pedro Lenza (2011, p.1.138): “Pode-se afirmar que os institutos clássicos do direito de propriedade e a autonomia da vontade privada eram suficientes para regulamentar a atividade econômica, até porque, o capitalismo, primitivo, pregava a autorregulação, sem qualquer interferência do Estado na economia.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 173, caput, da CF: “Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

A alternativa E está incorreta. A primeira Constituição brasileira que separou a ordem econômica da ordem social foi a de 1988.



QUESTÃO 53. Assinale a alternativa que consigna corretamente uma Súmula do Supremo Tribunal Federal.

- a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- b) Cabe ação declaratória de constitucionalidade de lei Estadual derivada da sua competência legislativa municipal.
- c) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afasta a sua incidência no todo ou em parte.
- d) Somente o Procurador-Geral da Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.
- e) Há prazo de preclusão para a representação de inconstitucionalidade prevista na Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com a Súmula 614 do STF: “Somente o Procurador-Geral de Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 347 do STF: “O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 642 do STF: “Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula Vinculante 10 do STF: “Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 360 do STF: “Não há prazo de decadência para a representação de inconstitucionalidade prevista no art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal.”

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa correta no tocante aos Partidos Políticos.

- a) Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos do fundo partidário e doações recebidas na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina.
- b) É vedada a realização de coligações nas eleições majoritárias.
- c) O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais deverá ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas.
- d) Somente terão direito a recursos do fundo partidário os partidos políticos que conseguirem eleger pelo menos 10 (dez) Deputados Federais, distribuídos em pelo menos 1/5 (um quinto) das unidades da Federação.



e) A fusão de diretórios municipais de partidos diversos para eleições municipais é permitida somente se ambos tiverem prestado contas à Justiça Eleitoral, ficando ambos sob a supervisão dos diretórios estaduais dos respectivos partidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com art. 17, § 8º da CF: “§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.”

No mesmo sentido é decisão do STF, proferida no julgamento da ADI 5617/DF: “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ART. 9º DA LEI 13.165/2015. FIXAÇÃO DE PISO (5%) E DE TETO (15%) DO MONTANTE DO FUNDO PARTIDÁRIO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A APLICAÇÃO NAS CAMPANHAS DE CANDIDATAS. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. (...) 4. Ação direta julgada procedente para: (i) declarar a inconstitucionalidade da expressão “três ” contida no art. 9º da Lei 13.165/2015; (ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do fundo alocado a cada partido, para eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhes seja alocado na mesma proporção; (iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/95.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 17, § 7º, da CF: “§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.”

A alternativa B está incorreta. É sim permitido, conforme art. 17, § 1º, da CF: “É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 17, § 3º, II, da CF: “§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 29 da Lei 9.096/1995: “Art. 29. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro. § 1º No primeiro caso, observar-se-ão as seguintes normas: I - os órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto e programa; II - os órgãos nacionais



de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.”

QUESTÃO 55. Considerando a inelegibilidade reflexa constitucionalmente prevista e o fato de que os titulares dos cargos mencionados nas alternativas não se afastaram no prazo legal, é correto afirmar que

- a) a irmã da Governadora de uma unidade da Federação poderá iniciar sua vida política, concorrendo pela primeira vez em um Município desta unidade para o cargo de vereadora.
- b) o pai do Prefeito de um Município poderá concorrer somente ao cargo de vereador no mesmo Município, desde que seja a primeira vez que esteja concorrendo.
- c) o irmão do Governador de uma unidade da Federação não poderá concorrer pela primeira vez ao cargo de deputado estadual de outra unidade da Federação.
- d) o marido da Vice-Prefeita de determinado Município não poderá concorrer ao cargo de Senador da unidade da Federação onde se encontra situado o referido Município.
- e) o filho do Presidente da República não poderá concorrer pela primeira vez a qualquer cargo nas eleições gerais em qualquer unidade da Federação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com art. 14, § 7º da CF: “7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Portanto, a alternativa correta é a letra E: o filho do Presidente da República não poderá concorrer pela primeira vez a qualquer cargo nas eleições gerais em qualquer unidade da Federação. Isso porque, o “território de jurisdição” do Presidente da República é todo o território nacional.

A alternativa A está incorreta. O “território de jurisdição” do Governador engloba todo o território do Estado, ou seja, engloba também os Municípios nele localizados. Desta feita, a irmã da Governadora é inelegível para o cargo de vereadora de Município localizado dentro desse Estado.

A alternativa B está incorreta. O “território de jurisdição” do Prefeito engloba todo o território do Município. Desta feita, o pai do Prefeito é inelegível para o cargo de vereador do mesmo Município.

A alternativa C está incorreta. O “território de jurisdição” do Governador engloba apenas o território daquele Estado. Desta feita, o irmão do Governador de um Estado poderá concorrer ao cargo de deputado estadual de outro Estado.

A alternativa D está incorreta. O cargo de prefeito tem como “território de jurisdição” apenas aquele Município; já o cargo de Senador tem como “território de jurisdição” o Estado. Portanto, não há impedimento, já que se trata de jurisdições diferentes.

QUESTÃO 56. Com relação à campanha eleitoral e propaganda eleitoral, é correto afirmar que

- a) a Justiça Eleitoral decidirá pela aprovação das contas de campanha com ressalvas, quando verificar que falhas comprometem a regularidade.



b) para efeito de caracterização de captação ilícita de sufrágio, é necessária a comprovação de pedido explícito de voto.

c) são considerados gastos eleitorais a alimentação de pessoal que presta serviços de campanha, até o limite de 20% (vinte por cento).

d) a representação por conduta vedada de captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada até a data da diplomação.

e) são permitidas, até a véspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução em sites na internet, de até 5 (cinco) anúncios de propaganda eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com art. 41-A, § 3º, da Lei 9.504/97: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. § 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 30, III, da Lei 9.096/95: “Art. 30. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo: (...) III - pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 41-A, § 1º, da Lei 9.504/97: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. § 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 26, § 1º, inciso I, da Lei 9.504/97: “Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei: § 1º São estabelecidos os seguintes limites com relação ao total do gasto da campanha: I - alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais: 10% (dez por cento);”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 43 da Lei 9.504/97: “Art. 43. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de até 10 (dez) anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide.”

QUESTÃO 57. O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA é título de crédito de livre negociação e constitui título executivo extrajudicial. Sua emissão é exclusiva de

a) cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.



- b) companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, podendo realizar sua colocação no mercado financeiro e de capitais.
- c) instituições financeiras públicas ou privadas.
- d) companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, sendo necessariamente responsáveis por sua colocação no mercado financeiro e de capitais.
- e) instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a exercer atividade de escrituração, devendo realizar o lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por entidade autorizada.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra A**, conforme art. 24, § 1º, da Lei nº 11.076/2004: “Art. 24 [...] § 1º O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos. (Redação dada pela Lei nº 13.986, de 2020)”.

As alternativas B, C, E e E estão incorretas, pois não está de acordo com o art. 24, § 1º, da Lei nº 11.076/2004.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta quanto à infração da ordem econômica.

- a) A prática de infração da ordem econômica sujeita a empresa à multa de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor do seu faturamento bruto, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração.
- b) Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto, ainda que não alcançado, dominar mercado relevante de bens ou serviços.
- c) Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando todas as suas participantes praticarem infração à ordem econômica, independentemente do grau de gravidade de cada ato isolado.
- d) As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual e subsidiária de seus dirigentes ou administradores.
- e) A Lei no 12.529/2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, aplica-se a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, exceto no caso de exercício de atividade sob regime de monopólio legal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra B**, conforme dispõe o art. 36, II, da Lei nº 12.529/2011: “Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: [...] II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;”.



A alternativa A está incorreta, pois o percentual máximo da multa na hipótese é de 20% e não 10%, conforme art. 37, I, da Lei nº 12.529/2011: “Art. 37. A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis às seguintes penas: I - no caso de empresa, multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;”.

A alternativa C está incorreta, pois a solidariedade existirá quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica, não sendo necessário que todas o façam, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.529/2011: “Art. 33. Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica”.

A alternativa D está incorreta, pois a relação entre as empresas e seus dirigentes pelas infrações à ordem econômica é solidária e não subsidiária, conforme art. 32 da Lei nº 12.529/2011: “Art. 32. As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a aplicação da Lei nº 12.529/2011 se dá ainda que os sujeitos a ela submetidos exerçam atividade em regime de monopólio legal, conforme art. 31 da própria lei: “Art. 31. Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal”.

QUESTÃO 59. A estipulação de cláusula compromissória em contrato de franquia é

a) inválida, pois todo o contrato empresarial, incluindo os contratos de colaboração, aos quais filia-se o contrato de franquia, devem ser paritários, sendo nulas de pleno direito quaisquer cláusulas impostas por uma parte à outra.

b) válida, desde que o franqueado concorde com a inserção de cláusula compromissória em documento anexo, pois se aplica o Código de Defesa do Consumidor a essa relação jurídica.

c) inválida, vez que dificulta o acesso de uma das partes à solução de eventuais controvérsias entre as partes, dado o elevado valor envolvido no procedimento arbitral.

d) válida, desde que o franqueado concorde, expressamente, com a inserção de cláusula compromissória por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula, pois se aplica a Lei no 9.307/1996 (Lei de Arbitragem) a essa relação jurídica.

e) inválida, posto se tratar de um contrato de adesão, sendo uma das partes é economicamente mais fraca, sem condições de negociar o teor contratual de forma equânime.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra D**, tendo em vista que de acordo com o STJ, a cláusula compromissória, mesmo em contratos de adesão, deve obedecer o art. 4º, § 2º da Lei nº 9.307/1996, que dispõe que nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente: (a) tomar a iniciativa de instituir a arbitragem; ou (b) concordar, expressamente, com a sua instituição, por escrito, em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto



especialmente para essa cláusula. Deste modo, o entendimento do STJ é no sentido de que todos os contratos de adesão, mesmo aqueles que não consubstanciam relações de consumo, como os contratos de franquia, devem observar o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996. Assim, é possível a instituição de cláusula compromissória em contrato de franquia, desde que observados os requisitos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/96. (STJ, 3ª Turma, REsp nº 1.602.076/SP, Rel. Min. Nancy Andrichi, julgado em 15/9/2016, informativo 591).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme os comentários à alternativa D.

QUESTÃO 60. Conforme o mais recente entendimento no Superior Tribunal de Justiça e a lei vigente, no que se refere ao requerimento de pedido de recuperação judicial por produtor rural,

a) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

b) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural há mais de dois anos, esteja registrado na Junta Comercial, ainda que há menos tempo; e o valor da causa não exceda a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

c) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural há mais de dois anos, esteja registrado na Junta Comercial, ainda que há menos tempo; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

d) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

e) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra C**, pois a 2ª Seção do STJ no tema nº 1.145 estabeleceu que, ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos, é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido, independentemente do tempo de registro, já que este constitui ato meramente declaratório em relação ao produtor rural. Além de confirmar posição firmada nas duas turmas de direito privado do STJ, a 2ª seção levou em consideração a Lei nº 14.112/2020, que introduziu na Lei de Recuperação e Falência o artigo 70-A: “Art. 70-A. O produtor rural de que trata o § 3º do art. 48 desta Lei poderá apresentar plano especial de recuperação judicial, nos termos desta Seção, desde que o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)”.

A alternativa A, B, D e E estão, portanto, incorretas conforme comentário à alternativa C.

QUESTÃO 61. A liquidação extrajudicial é o regime de insolvência que se destina a interromper o funcionamento da instituição e promover sua retirada do Sistema Financeiro Nacional. Sobre esse tema, é correto afirmar que



a) com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, o liquidante, em benefício da massa, poderá ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.

b) a liquidação extrajudicial será executada por liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, podendo ser pessoa física ou jurídica, com honorários serão pagos e fixados pela liquidanda, com prévia aprovação pelo Banco Central do Brasil.

c) a liquidanda deverá atender as cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial.

d) a decretação da liquidação extrajudicial ensejará a fluência de juros enquanto não integralmente pago o passivo.

e) a liquidação extrajudicial será encerrada por decisão do Banco Central do Brasil no caso do pagamento de 90% (noventa por cento) dos créditos quirografários.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra A**, conforme teor do art. 16, § 1º, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 16 [...] § 1º Com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações”.

A alternativa B está incorreta, pois os honorários serão fixados pelo Banco Central e não pela liquidanda, conforme art. 16, § 2º, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 16 [...] § 2º Os honorários do liquidante, a serem pagos por conta da liquidanda, serão fixados pelo Banco Central do Brasil”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 18, “c”, da Lei nº 6.024/1974 dispõe justamente em sentido contrário: “Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: [...] c) não atendimento das cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial;”.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 18, “d”, da Lei nº 6.024/1974 dispõe justamente em sentido contrário: “Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: [...] d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;”.

A alternativa E está incorreta, pois é necessário o pagamento integral dos credores quirografários, conforme art. 19, I, “a”, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: [...] I - por decisão do Banco Central do Brasil, nas seguintes hipóteses: a) pagamento integral dos credores quirografários;”.

QUESTÃO 62. Quanto aos pedidos de restituição no processo falimentar, assinale a alternativa correta.

a) Da sentença que julgar o pedido de restituição, caberá apelação com efeito suspensivo.

b) O autor do pedido de restituição que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença prestará caução.

c) Nos casos em que não couber pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de propor ação de reintegração de posse, observada a legislação processual civil.

d) Pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 30 (trinta) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.



e) A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e o pagamento de honorários advocatícios pela massa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra B**, conforme art. 90, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 90 [...] Parágrafo único. O autor do pedido de restituição que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença prestará caução”.

A alternativa A está incorreta, pois não há efeito suspensivo no recurso, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 90. Da sentença que julgar o pedido de restituição caberá apelação sem efeito suspensivo”.

A alternativa C está incorreta, pois a ação a ser manejada são os embargos de terceiro, e não a reintegração de posse, conforme art. 93 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 93. Nos casos em que não couber pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de propor embargos de terceiros, observada a legislação processual civil”.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo é de 15 dias (e não 30 dias), conforme art. 85, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 85 [...] Parágrafo único. Também pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada”.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo na hipótese é de 48 horas (e não 24 horas), conforme art. 88 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 88. A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas”.

QUESTÃO 63. Segundo o regramento constitucional referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, é correto afirmar que

a) incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada manutenção ou aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

b) compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

c) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação são estabelecidas por decreto do Presidente da República ou por resolução de um terço dos Senadores, aprovada por maioria simples de seus membros.

d) nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de origem o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado de origem e a alíquota interestadual.

e) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com art. 155, § 2º, inciso II, alínea ‘b’, da CF: “§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: II - a isenção ou não-incidência, salvo



determinação em contrário da legislação: b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, inciso X, alínea ‘a’, da CF: “§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: X - não incidirá: a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, XI, da CF: “§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, V, da CF: “§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: V - é facultado ao Senado Federal: a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros; b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, VII, da CF: “§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;”

QUESTÃO 64. Assinale a alternativa correta, com base nas disposições constitucionais e do Código Tributário Nacional.

a) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

b) Os empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que forem instituídos.

c) A competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é exclusiva dos Estados e Municípios.

d) Os serviços utilizados pelo contribuinte, para efeito de cobrança de taxa, são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

e) A imunidade recíproca veda a cobrança de tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros, assim entendidos os entes tributantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com art. 149, § 2º, incisos I e II, da CF: “§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: I - não incidirão sobre as receitas



decorrentes de exportação; II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 148, inciso II, da CF: “Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios: II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b". Por sua vez, o art. 150, III, "b", da CF assim determina: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”

A alternativa C está incorreta. Apenas os Municípios e o Distrito Federal podem instituir, de acordo com art. 149-A da CF: “Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 79, II, do CTN: “Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o artigo 77 consideram-se: II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;”

A alternativa E está incorreta. A vedação se refere apenas a impostos, e não a tributos em geral, de acordo com art. 150, VI, “a”, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;”

QUESTÃO 65. Na sucessão empresarial, de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, o adquirente de estabelecimento empresarial, que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos pelo estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato. Essa responsabilidade tributária também se verificará na hipótese de

a) alienação judicial em processo de falência ainda que o adquirente seja terceiro sem qualquer relação com o falido ou com a sociedade falida.

b) processo de falência quando o adquirente for divorciado do devedor falido.

c) processo de recuperação judicial quando o adquirente for sócio da sociedade em recuperação judicial.

d) alienação de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial, ainda que o adquirente seja terceiro sem qualquer relação com a sociedade em recuperação ou com seus sócios.

e) processo de recuperação judicial quando o adquirente for cônjuge do devedor em recuperação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com art. 133, § 1º, II, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese



de alienação judicial: II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial”.

No entanto, no § 2º, inciso I, o CTN determina que o § 1º não se aplicará em caso de o adquirente ser sócio da entidade em recuperação judicial: “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 133, § 1º, I, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: I – em processo de falência;”

Neste caso, para que o § 1º não se aplique, o § 2º determina que deve haver alguma relação entre o adquirente e o devedor, veja “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”

As alternativas B e E estão incorretas. Ser cônjuge ou não, em nada interfere, de acordo com art. 133, § 2º, II, do CTN: “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 133, § 1º, II, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial”.

Neste caso, para que o § 1º não se aplique, o § 2º determina que deve haver alguma relação entre o adquirente e o devedor, veja “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”

QUESTÃO 66. A usucapião especial de imóvel urbano é importante instrumento de Política Urbana, prevista na Constituição e no Estatuto da Cidade. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

a) O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, se forem casados ao tempo do pedido.



b) Em relação à usucapião coletiva o possuidor não pode, para o fim de contar o prazo exigido em lei, acrescentar sua posse à de seu antecessor, mesmo que ambas sejam contínuas.

c) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de dez anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente.

d) O herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

e) Uma das condições para o possuidor adquirir o domínio é possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por 10 anos, ininterruptamente e sem oposição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 9º, § 3º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.”

A alternativa A está incorreta, pois independe do estado civil. De acordo com art. 9º, § 1º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 1º O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.”

No mesmo sentido é o art. 183, § 1º, da CF: “§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 10, § 1º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 10, caput, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.”

A alternativa E está incorreta. São 5 anos, de acordo com art. 9º, caput, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.”

QUESTÃO 67. Nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, foi instituída a Campanha Junho Verde. A respeito da Campanha referenciada, afirma-se corretamente que

a) será promovida pelo poder público federal, estadual e, de forma suplementar, municipal, e por escolas, públicas ou privadas, incluindo ações direcionadas para o fomento à criação das cadeias produtivas das populações indígenas.



b) compreende, como algumas de suas ações, debate, divulgação, sensibilização e práticas educativas atinentes às relações entre a degradação ambiental e o surgimento de endemias, epidemias e pandemias, bem como à necessidade de conservação adequada do meio ambiente para a prevenção delas.

c) será celebrada semestralmente como parte das atividades da educação ambiental não formal e formal.

d) será observado o conceito de Ecologia Transversal, que inclui dimensões econômicas e geográficas do entorno ambiental.

e) seu objetivo é desenvolver a compreensão da população sobre a importância dos ecossistemas naturais e artificiais, em uma visão antropocêntrica do meio ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com art. 13-A, § 2º, XV, da Lei 9.795/1999: “§ 2º A Campanha Junho Verde será promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas, e incluirá ações direcionadas para: XV - debate, divulgação, sensibilização e práticas educativas atinentes às relações entre a degradação ambiental e o surgimento de endemias, epidemias e pandemias, bem como à necessidade de conservação adequada do meio ambiente para a prevenção delas;”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 2º, da Lei 9.795/1999: “§ 2º A Campanha Junho Verde será promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas, e incluirá ações direcionadas para:”

A alternativa C está incorreta. A celebração será anual, de acordo com art. 13-A, caput, da Lei 9.795/1999: “Art. 13-A. Fica instituída a Campanha Junho Verde, a ser celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental não formal.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 3º, da Lei 9.795/1999: “§ 3º Na Campanha Junho Verde, será observado o conceito de Ecologia Integral, que inclui dimensões humanas e sociais dos desafios ambientais.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 1º, da Lei 9.795/1999: “§ 1º O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.”

QUESTÃO 68. A competência para versar sobre a organização e funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, assim como a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, é

a) privativa do Chefe do Poder Legislativo, exercida mediante decreto-lei.
b) privativa do Chefe do Poder Executivo e, portanto, delegável nos termos da Constituição Federal.

c) exclusiva do Chefe do Poder Executivo, podendo ser delegada por lei de iniciativa parlamentar.



d) exclusiva do Chefe do Poder Executivo e, portanto, indelegável mediante decreto.
e) comum a autoridades administrativas, por se tratar de exercício de função pública sem impacto orçamentário ou financeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 84, VI, da CRFB, “Compete privativamente ao Presidente da República: (...) VI – dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;”

Ademais, consoante o parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional, “O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações”, de modo que as competências versadas no inciso VI são delegáveis, por explícita previsão constitucional. Assim sendo:

A alternativa A está incorreta, pois sustentou se tratar de competência da Chefia do Legislativo, o que não é verdade, assim como por afirmar que a espécie normativa adequada seria o decreto-lei.

A alternativa B está correta, porquanto espelha os preceitos constitucionais acima transcritos.

A alternativa C está incorreta, seja porque não se trata de competência exclusiva, e sim privativa, seja porque a delegação não depende de lei de iniciativa parlamentar.

A alternativa D está incorreta, porque se trata de competência privativa e delegável, como acima demonstrado.

A alternativa E está incorreta, uma vez que, nos termos da Constituição, não se trata de competência comum a autoridades administrativas, e sim de competência privativa da Chefia do Executivo, embora passível de delegação.

QUESTÃO 69. A respeito de bens públicos, é correto afirmar que

a) a desafetação é um dos requisitos necessários que deve anteceder a alienação de bem público que tenha destinação específica.

b) a afetação e a desafetação de área ambientalmente protegida se dão mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, observado o princípio do paralelismo das formas.

c) a alienação de bem imóvel deve, obrigatoriamente, ser precedida de autorização legislativa específica, como decorrência do princípio constitucional da imprescritibilidade dos bens públicos.

d) sua alienação regular pressupõe, além da autorização legal genérica, avaliação econômica do bem e declaração de inexigibilidade de licitação.

e) os imóveis próprios da Administração Pública direta e indireta gozam de presunção absoluta de inalienabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A está correta, uma vez que, à luz do disposto no art. 100 do Código Civil, “Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar”. Portanto, para que possam ser alienados, é mister que haja prévia desafetação, passando-os à categoria dos bens dominicais.

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 225, §1º, III, da Constituição da República, a alteração ou supressão de unidades de conservação somente podem se dar através de lei. Na mesma direção, o art. 22, §7º, da Lei 9.985/2000, estabelece: “Art. 22 (...) § 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”. Portanto, equivocado sustentar que a desafetação de área ambientalmente protegida possa se operar via decreto da Chefia do Executivo, eis que o ordenamento, para tanto, exige lei específica.

A alternativa C está incorreta, porquanto a imprescritibilidade constitui característica em vista da qual os bens públicos não são suscetíveis de usucapião, de modo que não se trata de aspecto que se relacione com a exigência de prévia autorização legislativa para a alienação de bens imóveis.

A alternativa D está incorreta, uma vez que: i) a autorização legislativa, para a alienação de bens públicos, destina-se apenas aos bens imóveis, e não aos bens públicos de forma geral, como sugere este item da questão; ii) a autorização legislativa deve ser específica, e não genérica; iii) não se aplica a inexigibilidade de licitação à alienação de bens públicos, mas, sim, pode ser aplicável a dispensa, na forma do art. 76, I, da Lei 14.133/2021, in verbis: “Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:”

A alternativa E está incorreta, visto que, nos termos do art. 101 do Código Civil, “Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei”, razão pela qual não há que se falar em inalienabilidade absoluta dos bens públicos.

QUESTÃO 70. Um município publicou edital de licitação para concessão, na modalidade administrativa, da construção de uma arena multiuso, em terreno de sua propriedade, consignando no edital da parceria público-privada que a gestão do futuro equipamento seria de responsabilidade da Associação Municipal de Turismo Local, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização social. Essa hipotética licitação é

a) ilegal, pois o terreno público municipal deveria ser destinado à prestação de utilidades de interesse local, como serviços de saúde e educação.

b) juridicamente viável, pois a concessão de obra pública é admitida pela legislação nacional, na modalidade administrativa, nos casos em que houver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

c) inconstitucional, pois uma arena multiuso é serviço público de competência estadual que não pode ser custeada com recursos públicos municipais.

d) juridicamente viável, pois a legislação autoriza a celebração de contrato de parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa em que há cobrança de tarifa do usuário.

e) juridicamente inviável, pois a legislação veda a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que nada impediria que o terreno municipal fosse destinado à construção da arena multiuso, equipamento que teria destinação atrelada à finalidade coletiva (lazer, prática esportiva, realização de espetáculos etc.), de modo que a justificativa ofertada neste item não procede.

A alternativa B está incorreta, pois, se a gestão do futuro equipamento seria atribuída a uma entidade privada, sem fins lucrativos, pode-se concluir que o contrato de parceria público privada teria como objeto único a realização da obra pública de construção da arena, o que afronta a norma do art. 2º, §4º, III, da Lei 11.079/2004, na linha do qual: “§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.”

A alternativa C está incorreta, porquanto a construção de arena multiuso pode ser tida como questão de interesse local, razão por que insere-se dentre as competências dos municípios.

A alternativa D está incorreta, seja porque já se demonstrou, nos comentários à opção B, que o objeto do contrato (apenas realização de obra pública) não seria passível de concessão especial via parceria público privada, seja porque as concessões administrativas não permitem a cobrança de tarifas dos usuários.

A alternativa E está correta, eis que alinhada à vedação contida no art. 2º, §4º, III, da Lei 11.079/2004, cujo inteiro teor já foi acima reproduzido.

QUESTÃO 71. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, é correto afirmar que

a) os Estados possuem competência para criação de contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médico-hospitares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.

b) com fundamento no princípio da isonomia, pode o Poder Judiciário aumentar verba de caráter remuneratório ou indenizatório de servidores públicos de carreiras distintas.

c) a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação de cargos diversos em uma única carreira com atribuições e responsabilidades diversas dos cargos originais fere a Constituição Federal.

d) com fundamento no poder geral de cautela, pode o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

e) com fundamento no princípio da irredutibilidade dos vencimentos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo, pode o Poder Judiciário fixar o índice de correção monetária aplicável na revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, eis que o STF, no Tema 55 de repercussão geral, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, firmou tese no sentido de que: “I - Os Estados-membros possuem competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Falece-lhes, portanto, competência para a criação de contribuição ou qualquer outra



espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.”

A alternativa B está incorreta, pois malfez o teor da Súmula Vinculante 37 do STF, na linha da qual “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

A alternativa C está correta, uma vez que seu teor alinha-se ao entendimento fixado pelo STF, conforme tese de repercussão geral, *in verbis*: “É inconstitucional, por dispensar o concurso público, a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais”. (RE 642895, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-137 DIVULG 02-06-2020 PUBLIC 03-06-2020)

A alternativa D está incorreta, por afrontar a compreensão firmada pelo STF, em tese de repercussão geral, de acordo com a qual “O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.” (RE 843112, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 22/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-263 DIVULG 03-11-2020 PUBLIC 04-11-2020)

A alternativa E está incorreta, eis que, no mesmo precedente acima, o Supremo firmou seu entendimento no sentido da impossibilidade de o Judiciário estabelecer índice de correção monetária para fins de revisão geral anual de remuneração de servidores.

QUESTÃO 72. O ato administrativo que tem por objeto a utilização compulsória de um serviço prestado por um particular, em favor da administração pública, para atender uma situação extraordinária e emergencial, é denominado

- a) servidão, publicado por decreto, independentemente de autorização judicial, mas pressupõe aquiescência do particular.**
- b) ocupação temporária e instrumentalizado por decreto cuja edição pressupõe autorização judicial, assegurada justa indenização posterior.**
- c) desapropriação, e sua juridicidade depende de autorização judicial e de prévia e justa indenização.**
- d) requisição e independe de prévia aquiescência do particular ou de autorização judicial, assegurada justa indenização.**
- e) desapropriação indireta, e sua edição se dá mediante decreto, independentemente de autorização judicial e de prévia indenização.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Todas as características exibidas no enunciado da questão são pertinentes ao instituto da requisição administrativa. De fato, trata-se de modalidade de intervenção branda na propriedade, que implica a utilização transitória de bens ou serviços, em razão de iminente perigo público, cabendo indenização ulterior, se houver dano.



A base constitucional reside no art. 5º, XXV, na linha do qual “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”

Logo, as alternativas A, B, C e E estão incorretas, porquanto indicaram outras espécies de intervenção na propriedade, e não a requisição administrativa.

A alternativa D está correta, seja porque apontou, com acerto, que o ato administrativo descrito no enunciado consistiria em requisição administrativa, seja porque sustentou, de modo escorreito, a natureza autoexecutória de tal providência, aspecto esse que também caracteriza a mencionada modalidade de intervenção na propriedade privada.

QUESTÃO 73. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a seguinte conduta, prevista no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992):

- a) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.**
- b) nomear ou realizar indicação política, por parte dos detentores de mandatos eletivos.**
- c) descumprir normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.**
- d) transferir recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços de saúde sem a prévia celebração de convênio ou instrumento congênere.**
- e) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, eis que faz referência a uma conduta que era prevista como ato de improbidade administrativa, na forma do art. 11, I, da Lei 8.429/92, mas restou revogada pela Lei 14.230/2021, de modo que não mais configura ato ímprobo.

A alternativa B está incorreta, uma vez que narra comportamento que não é definido como ato ímprobo.

A alternativa C está correta, porquanto devidamente embasada na norma do art. 11, VIII, da Lei 8.429/92: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...) VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.”

A alternativa D está incorreta, pois o comportamento aqui descrito parece se amoldar a ato de improbidade causador de lesão ao erário, a teor do art. 10, XX, da Lei 8.429/92: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) XX - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.”



A alternativa E está incorreta, visto que, uma vez mais, trata-se de conduta não mais contemplada como configurada de ato de improbidade administrativa, sendo que estava prevista no art. 11, IX, da Lei 8.429/92, mas restou revogada pela Lei 14.230/2021.

QUESTÃO 74. Na obra *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*, ao tratar de O Direito como categoria de mediação social entre facticidade e validade, Jürgen Habermas afirma: “A razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que quem age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos do tipo contrafactual. Ou seja, ele é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis” [...] (1997, p. 20).

Com tal colocação sobre características da razão comunicativa, Habermas (1997) defende que

- a) a normatividade própria da razão comunicativa é relativa aos atos de fala.
- b) a razão comunicativa se caracteriza por negar a autonomia individual.
- c) o objetivo da razão comunicativa é implementar uma linguagem universal.
- d) os proferimentos são válidos em conformidade com uma razão prática.
- e) a razão comunicativa carece de uma dimensão performativa e pragmática

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema filosofia do direito.

A concepção comunicativa de razão encontra nas expressões gramaticais elementos que tornam possível o conhecimento por atos de fala. A pragmática da linguagem parte do pressuposto de que é possível certificar-se da realidade externa e interna através da análise das representações e dos pensamentos, seguindo as formações gramaticais por meio das quais eles são expressos.

Para tanto, a linguagem deve ser entendida não apenas como um recurso de representação, mas como um recurso pragmático da interação dos seres humanos. Em vista disso, não basta analisá-la na sua estrutura lógico-formal, como o fazem os semanticistas, mas é preciso explicitar a natureza que ela apresenta no seu uso pragmático, através dos atos de fala. Em outros termos, deve-se levar em conta as relações que se estabelecem entre os sujeitos quando se referem ao mundo e agem interativamente, utilizando-se da linguagem. Isso representa avançar na compreensão do processo de constituição do mundo e no entendimento da construção dos saberes através da abordagem pragmática ou teórico-comunicativa da racionalidade.

QUESTÃO 75. Embora a teoria da Alienação Parental apresente controvérsias quanto à sua validação científica, configura-se como tema ainda comum nos tribunais. Após um processo de divórcio litigioso, os genitores enfrentam desgaste emocional e psicológico, fato que pode desencadear conflitos no que se refere à guarda e aos cuidados dos filhos e situações de alienação parental.

Durante a análise de um caso de suspeita de alienação parental, é preciso

- a) enfatizar a necessidade de que apenas um dos genitores decida sobre o bem-estar dos filhos, como forma de eliminar os conflitos.



b) considerar que a opinião dos filhos sobre a situação pode estar fortemente influenciada pelo genitor alienador.

c) ponderar que essa situação, frequentemente, se resolve de forma espontânea, sem a necessidade de nenhuma medida.

d) demonstrar tolerância em relação à atitude e às artimanhas do genitor alienador, uma vez que elas não visam prejudicar os filhos.

e) impedir, de imediato, o contato dos filhos com o genitor alienador, a fim de preservar a integridade psíquica dos filhos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema psicologia jurídica.

Pela própria análise da literalidade das alternativas pode-se ter a conduta que mais se amolda a proteção ao filho, conforme artigos 2º e 4º da Lei 12.318/10:

“Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou ao adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida no fórum em que tramita a ação ou em entidades conveniadas com a Justiça, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas”.

QUESTÃO 76. Com base na Resolução no 305/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que fixa os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

a) Constitui conduta vedada a membros da Magistratura a manifestação de opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, estendendo-se a vedação à crítica nos autos judiciais ou no exercício do magistério.

b) Os magistrados, no uso das redes sociais, devem adotar postura seletiva e criteriosa no seu ingresso, bem como se atentar que a utilização de pseudônimos os isentará da observância dos limites éticos quando a conduta for exercida com base na liberdade expressão.

c) A vedação de atividade político-partidária abrange manifestações, públicas ou privadas, sobre projetos e programas de governo, processos legislativos ou outras questões de interesse do Poder Judiciário.

d) As recomendações e vedações previstas na Resolução não se aplicam aos magistrados representantes legais e demais diretores das entidades e associações de classe, durante o



exercício de seus mandatos, que poderão se manifestar nas redes sociais, com vistas à representação dos interesses dos associados.

e) Constitui medida vedada ao Magistrado associar a sua imagem pessoal ou profissional à de marca de empresas ou de produtos comerciais, estendendo-se esta proibição à divulgação de cursos em que ele atue como professor, ainda que não caracterizada a exploração direta de atividade econômica lucrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema estatuto jurídico da magistratura.

A alternativa A está incorreta. Contraria o art. 3º, II, e, Resolução 305/2019: “Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo: e) evitar expressar opiniões ou aconselhamento em temas jurídicos concretos ou abstratos que, mesmo eventualmente, possam ser de sua atribuição ou competência jurisdicional, ressalvadas manifestações em obras técnicas ou no exercício do magistério”.

A alternativa B está incorreta. Contraria o art. 3º, I, c, Resolução 305/2019: “Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: I – Relativas à presença nas redes sociais: c) atentar que a utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes”..

A alternativa C está incorreta. contraria o art. 4º, §1º, Resolução 305/2019: “Art. 4º Constituem condutas vedadas aos magistrados nas redes sociais: II – emitir opinião que demonstre atuação em atividade político-partidária ou manifestar-se em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos (art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal; art. 7º do Código de Ética da Magistratura Nacional); § 1º Para os fins do inciso II deste artigo, a vedação de atividade político-partidária não abrange manifestações, públicas ou privadas, sobre projetos e programas de governo, processos legislativos ou outras questões de interesse público, de interesse do Poder Judiciário ou da carreira da magistratura, desde que respeitada a dignidade do Poder Judiciário.”

A alternativa D está correta. Conforme o art. 6º, Resolução 305/2019: “Art. 6º As recomendações e vedações previstas nesta Resolução não se aplicam aos magistrados representantes legais e demais diretores das entidades e associações de classe, durante o exercício de seus mandatos, que poderão se manifestar nas redes sociais, com vistas à representação dos interesses dos associados, bem como na defesa dos interesses de classe, no debate de temas de interesse público nacional e na defesa do Estado Democrático de Direito”.

A alternativa E está incorreta. Contraria o art. 4º, §2º, Resolução 305/2019: “§ 2º A divulgação de obras técnicas de autoria ou com participação do magistrado, bem como de cursos em que ele atue como professor, não se insere nas vedações previstas nos incisos IV, V e VI, desde que não caracterizada a exploração direta de atividade econômica lucrativa”.

QUESTÃO 77. Considere que Letícia é membro do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ocupando o cargo de Diretora-Presidente. De acordo com a situação hipotética e com a Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar que Letícia

a) ocupa cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no mínimo, de nível 3.



b) poderá ser exonerada livremente do seu cargo, uma vez que se trata de cargo de comissão de livre nomeação e exoneração.

c) tem pelo menos 35 anos, reputação ilibada, mestrado na área de interesse e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual foi nomeada.

d) foi escolhida pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil e nomeada pelo Presidente da República e tem mandato de dois anos, permitida uma recondução.

e) foi escolhida e nomeada pelo Presidente da República e previamente aprovada, por voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema LGPD.

As alternativas A e D estão incorretas e a Alternativa E está correta. Conforme o art. 55-D, §1º, da LGPD: “Art. 55-D. O Conselho Diretor da ANPD será composto de 5 (cinco) diretores, incluído o Diretor-Presidente. §1º Os membros do Conselho Diretor da ANPD serão escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea ‘f’ do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, e ocuparão cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no mínimo, de nível 5”.

A alternativa B está incorreta. Contraria o art. 55-E da LGPD: “Art. 55-E. Os membros do Conselho Diretor somente perderão seus cargos em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar”.

A alternativa C está incorreta. Contraria o art. 55-D, §2º, da LGPD: “§2º Os membros do Conselho Diretor serão escolhidos dentre brasileiros que tenham reputação ilibada, nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados”.

QUESTÃO 78. A respeito do Direito Antidiscriminatório, assinale a alternativa correta.

a) A discriminação não pressupõe uma relação de hierarquia entre indivíduos e pode ocorrer entre sujeitos pertencentes a um mesmo grupo.

b) A discriminação indireta se dá quando uma norma tem um impacto desproporcionalmente negativo sobre um dado grupo vulnerável, podendo tal norma ser neutra, no sentido da instituição responsável não ter a intenção de prejudicar o grupo atingido.

c) São três os fundamentos jurídicos do Direito Antidiscriminatório: a objetividade jurídica, a racionalidade constitucional e a universalidade de direitos.

d) A teoria da discriminação interseccional tem origem nas críticas recebidas por líderes de movimentos minoritários que deduzem que tais grupos são homogêneos e que seus integrantes sofrem com a opressão da mesma forma.

e) Pode-se afirmar que o Direito Antidiscriminatório é um subsistema do Direito Administrativo, encontrando fundamento no princípio da legalidade.

Comentários

A alternativa dada como correta é a **letra B**, contudo é possível o recurso, pois a **letra A** também pode ser considerada como correta. A questão trata do tema direito antidiscriminatório.



A alternativa A está correta. Dentro deste cenário ocorre também aquilo que é denominado de caráter reflexivo da discriminação: a discriminação pressupõe uma relação de hierarquia entre grupos ou indivíduos, mas ela também pode ocorrer entre membros de um mesmo grupo – disponível em: <https://www.segs.com.br/seguros/344425-a-representatividade-artificial-de-mulheres-nos-espacos-de-poder>.

A alternativa B está correta. A discriminação indireta também é conhecida como Teoria do Impacto Desproporcional. A Teoria do Impacto Desproporcional está atrelada aos conceitos de discriminação de fato e de discriminação por ações neutras: (i) discriminação de fato: ocorre quando a realidade é desigual e os atores envolvidos poderiam agir para encerrar a desigualdade, mas, por omissão, mantém a desigualdade de fato. (ii) discriminação por ações neutras: acontece quando há uma norma aparentemente neutra, que, na sua aplicação, efetivamente irá discriminar uma pessoa ou grupo, ou seja, a mera aplicação da norma leva à discriminação. (NASCIMENTO, Filipe Augusto dos Santos. Manual de Formação Humanística. Editora JusPODIVM, 2022, p. 734-735).

A alternativa C está incorreta. Os fundamentos do Direito Antidiscriminatório são: igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

A alternativa D está incorreta, contraria o conceito: A discriminação interseccional ocorre quando dois ou mais critérios proibidos interagem, sem que haja possibilidade de decomposição deles (Comissão Europeia, 2007). A discriminação interseccional implica uma análise contextualizada, dinâmica e estrutural, a partir de mais de um critério proibido de discriminação. Por exemplo, uma mulher pertencente a certa minoria está sujeita a estigmas diversos daqueles experimentados por homens pertencentes ao mesmo grupo (Makkonen, 2002, p. 11). A discriminação baseada em mais de um critério deve ser vista, nessas situações, sob a perspectiva qualitativa e considerando as experiências específicas do grupo subordinado, não de forma meramente quantitativa (Crenshaw, 2002, p. 174). (disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xKt5hWwZFChwrbtfZxTGXKf/?format=pdf#:~:text=A%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20interseccional%20ocorre%20quando,cri%2D%20t%C3%A9rio%20proibido%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o.>).

A alternativa E está incorreta. Contraria o entendimento de que: Moreira (2020, p. 50) define o sistema protetivo como um subsistema do Direito Constitucional composto por normas que visam "reduzir ou eliminar disparidades significativas entre grupos", impedindo a discriminação negativa e promovendo a discriminação positiva. Coerentemente com essas definições, o autor inclui entre os objetivos específicos do Direito Antidiscriminatório: o estudo do impacto da aplicação das normas sobre situações de exclusão; a proposição de um referencial teórico adequado para identificar os problemas enfrentados por pessoas e grupos minorizados e embasar soluções jurídicas; e a formulação de propostas institucionais e políticas públicas de proteção de minorias e grupos vulneráveis. (disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-25/direito-eleitoral-precisamos-direito-eleitoral-politico-antidiscriminatorio>).

QUESTÃO 79. Órgão de monitoramento do Sistema Interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, com sede em Washington, D.C. É um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA). É integrado por sete membros independentes que atuam a título individual, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral da OEA. Entre suas competências está receber, analisar e investigar petições, realizar visitas *in loco*, fazer recomendações aos Estados membros, apresentar casos à jurisdição da Corte Interamericana, solicitar opiniões consultivas à Corte Interamericana, realizar e publicar estudos sobre diferentes temas.



É correto afirmar que o enunciado se refere

a) ao Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos.

b) à Assembleia Permanente de Direitos Humanos.

c) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

d) à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

e) ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa C está correta. O enunciado da questão descreve as características, composição e competências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é objeto de detalhamento pela Carta da OEA (art. 106), mas especialmente pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (arts. 34 a 51).

Segundo o art. 1º do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: “1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos que tem como função principal promover a observância e a defesa dos direitos Humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria. 2. A Comissão representa todos os Estados membros que compõem a Organização. 3. A Comissão compõe-se de sete membros, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral da Organização, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.”.

Quanto às funções desse órgão, estabelece o art. 41 e art. 44 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício de seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições: (...) b) formular recomendações aos governos dos Estados-membros, quando considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos; c) preparar estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções; f) atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção;” e “Artigo 44 - Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte”. O art. 48.1, d, trata da visita *in loco*: “A Comissão, ao receber uma petição ou comunicação na qual se alegue a violação de qualquer dos direitos consagrados nesta Convenção, procederá da seguinte maneira: d) se o expediente não houver sido arquivado, e com o fim de comprovar os fatos, a Comissão procederá, com conhecimento das partes, a um exame do assunto exposto na petição ou comunicação. Se for necessário e conveniente, a Comissão procederá a uma investigação para cuja eficaz realização solicitará, e os Estados interessados lhe proporcionarão, todas as facilidades necessárias”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

QUESTÃO 80. O caso Gomes Lund e Outros vs Brasil (“Guerrilha do Araguaia”) consistiu em uma demanda protocolada, em 7 de agosto de 1995, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, por sua vez, a submeteu à apreciação e ao julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em 26 de março de 2009.



Com relação ao referido caso, é correto afirmar que

a) ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 153/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a inconstitucionalidade da Lei da Anistia. Tal decisão ocorreu antes que o Tribunal Penal Internacional apreciasse o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil e considerasse que a Lei da Anistia Brasileira contraria a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

b) houve uma declaração de inconvenção determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. A decisão da Corte IDH conflitou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por julgar constitucional a Lei de Anistia, sancionada 9 (nove) anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

c) houve uma declaração de inconvenção determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos. A decisão da Corte IDH conflitou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por julgar, por unanimidade, constitucional a Lei de Anistia, sancionada 9 (nove) anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

d) houve uma declaração de convencionalidade determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. A decisão da Corte IDH foi reiterada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional a Lei de Anistia.

e) ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 153/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a inconstitucionalidade da Lei da Anistia. Tal decisão ocorreu após a Corte Interamericana de Direitos Humanos apreciar o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, e considerar que a Lei da Anistia Brasileira contraria a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A questão trata sobre o controle de convencionalidade na Convenção Americana de Direitos Humanos.

O caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil, conhecido como Caso da Guerrilha do Araguaia, tal como descrito no enunciado da questão, é uma das condenações do Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em síntese, o caso consiste na apuração da responsabilidade do Estado brasileiro no desaparecimento forçado de integrantes da denominada Guerrilha de Araguaia, que se estabeleceu como resistência ao regime militar entre os anos de 1972 e 1975.

Além disso, apurou-se também a omissão do Estado brasileiro na investigação e punição dos envolvidos, perspectiva esta que restou impossibilitada por conta da Lei n. 6.683/1979, a denominada Lei da Anistia. Frise-se que tal lei concedeu anistia a todos os que cometeram crimes políticos (e conexos) durante o período do regime militar.

Ao julgar o caso, a Corte Interamericana, além de reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro, declarou expressamente que a Lei da Anistia brasileira viola as obrigações assumidas pelo Brasil e constantes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou seja, declarou a



inconvencionalidade da Lei da Anistia). Como conclusão, entendeu a Corte que a referida lei não pode mais ser posta como óbice à investigação e punição de fatos violadores de direitos humanos transcorridos no curso da ditadura.

O julgamento da Corte no sobredito caso deu-se em 24 de novembro de 2010. Todavia, em paralelo, no âmbito do STF, poucos meses antes, em abril de 2010, foi julgada a ADPF 153, no qual o Tribunal, por 7 votos a 2, rejeitou a revisão da Lei da Anistia, tomando-a como integrada a nova ordem constitucional inaugurada pela CF/88: “Afirmada a integração da anistia de 1979 na nova ordem constitucional, sua adequação à Constituição de 1988 resulta inquestionável. A nova ordem compreende não apenas o texto da Constituição nova, mas também a norma-origem”.

Interessante observar que a decisão do STF na ADPF 153 ainda não transitou em julgado, justamente porque foram opostos embargos de declaração em face da decisão do Plenário, noticiando-se a condenação do Brasil pela Corte Interamericana no caso Gomes Lund, enfatizando-se a conclusão da Corte pela inconvencionalidade da Lei da Anistia Brasileira. Esses embargos, até o momento, não foram julgados.

À luz dessas considerações, o gabarito correto é a letra ‘B’.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](#) / [yasminushara](#)

